



89ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

25 de abril de 2014 – 9h

Auditório da UMAPAZ

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestões de inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Parque do Carmo (Processo nº 2011-0.140.571-2);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO MONTALVANIA (Processo nº 2012-0.258.243-1);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO VILA RICA (Processo nº 2012-0.258.261-0);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO CARAGUATA (Processo nº 2013-0.153.228-9);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Vila das Mercês (Processo nº 2013-0.153.231-9);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO MÃE PRETA (Processo nº 2013-0.162.745-0);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO Jardim Antártica (Processo nº 2013.0.200.113-9);
- VIII. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO VILA MARIANA (Processo nº 2013-0.272.224-3);
- IX. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Piqueri (Processo: 2013-0.013.041-1);
- X. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação do Parque Ibirapuera (Processo 2013-0.178.398-2);
- XI. Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Tiquatira (Processo 2013-0.182.234-1);



-
- XII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação dos Serviços de Manejo e Conservação do Parque do Carmo (Processo: 2014.0.056.321-2);
- XIII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Parque do Grupo SUL (Processo nº 2013-0.164.017-0);
- XIV.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Parque do Grupo CENTRO-OESTE (Processo nº 2013-0.229.195-3);
- XV.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Parque do Grupo Itaquera (Processo nº 2013-0.288.185-6);

Anexos:

Parecer do Processo nº 2011-0.140.571-2
Parecer do Processo nº 2012-0.258.243-1
Parecer do Processo nº 2012-0.258.261-0
Parecer do Processo nº 2013-0.153.228-9
Parecer do Processo nº 2013-0.153.231-9
Parecer do Processo nº 2013-0.162.745-0
Parecer do Processo nº 2013.0.200.113-9
Parecer do Processo nº 2013-0.272.224-3
Parecer do Processo nº 2013-0.013.041-1
Parecer do Processo nº 2013-0.178.398-2
Parecer do Processo nº 2013-0.182.234-1
Parecer do Processo nº 2014.0.056.321-2
Parecer do Processo nº 2013-0.164.017-0
Parecer do Processo nº 2013-0.229.195-3
Parecer do Processo nº 2013-0.288.185-6



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Informes. Vamos passar a palavra ao diretor do DAF para seguir a apresentação que foi solicitada na última reunião. Doutor Jairo Galera, por gentileza.

Jairo Galera: Bom dia a todos. Jairo Galera, DAF, Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Como a gente ficou, na última reunião, de passar para vocês um retrato do FEMA, dos valores que a gente tem utilizado, e que vai utilizar, e o que tem disponível. Eu sei que o quadro está pequeno porque a gente não tem como fazer ele um pouquinho maior para vocês. Mas aí a gente colocou o seguinte: na parte de cima, nós temos aí 2014, nós temos a primeira coluna, a dotação da despesa que vai ser utilizada.

Oradora não identificada: Não tem uma cópia para a gente? A gente tinha pedido para vir uma cópia junto.

Jairo Galera: Nós vamos distribuir para vocês uma cópia, só para vocês enxergarem melhor. Bom, dando continuidade, nós temos aí. Na primeira coluna, é a dotação da despesa que vai ser utilizada. Vamos utilizar os seis últimos dígitos aí, só para vocês entenderem. O primeiro, 510008. 08 é a fonte que é do fundo. 5100 é obras. Então nós temos aí, de obras, nós temos aí a pavimentação do parque Ibirapuera, que é a reforma e adequação de parques e unidades, um processo de 2013. Valor lá reservado, R\$ 1.617.000,00, já. Nós temos aí na segunda linha, que é 39, que é serviços, Apoio às Ações Ambientais. Então são diversos processos do Edital 09. Temos aí R\$ 502.000,00 já empenhados. Desses 500 mil, tem ainda R\$ 411.000,00 a pagar, de 2013, que são obras que foram realizadas. As notas estão lá para serem liquidadas. Não foram ainda. E temos um saldo de reserva, empenho para 2014, de 403 mil, ainda. Nós temos aí também, na 39, operação, manutenção e conservação dos parques, que é o que a gente vem aprovando aqui quase que constantemente. Então é o manejo e vigilância. Então diversos processos. A gente tem 26 milhões já empenhados no manejo, e R\$ 27.700.000,00 na vigilância. Desse total, a gente tem aí, os 56 milhões já, empenhados e reservados para 2014. Com a previsão de utilizar, até 31/12, dos R\$ 56.978.698,90.

Cons. Alexandre: Só para tirar essa dúvida. Esses 56 é o que a gente já aprovou?

Jairo Galera: É a soma do que já está aprovado.

Cons. Alexandre: Do que já está aprovado?

Cons. Cristina Antunes: Dá licença, então. Cristina Antunes, da Ciranda. O fato de estar aprovado não quer dizer que vá ser utilizado totalmente dentro do ano, por conta do problema da liberação da SEMPLA.

Jairo Galera: Isso.

Cons. Cristina Antunes: E o que já foi liberado disso daqui... A gente precisa saber o que já foi liberado e no quê.

Jairo Galera: Na realidade, todo esse que já está reservado e empenhado já está liberado para isso. São aqueles processos que vocês aprovaram todos. Aliás, o Rubens, ele tem uma relação do que foi feito. Você não tem o que foi aprovado, as despesas, o que foi já encaminhado para empenho?

Secretário Executivo Rubens Borges: Tenho.

Jairo Galera: Tem.

Cons. Cristina Antunes: O que já foi executado? Desse dinheiro, o que virou serviços e obras?

Jairo Galera: Na realidade, está sendo executado. Ele não tem... Se você quiser do que já foi pago até agora, a gente pode até fazer para você. Mas é um processo continuado. O que é de obras é só o de cima, que você tem aí. Que é a pavimentação, que é esse R\$ 1.617.000,00 aí, que está para pagar esse ano.



Cons. Cristina Antunes: Tem embaixo o próximo, implantação de projetos ambientais, o próximo também é 51.

Jairo Galera: Isso.

Cons. Cristina Antunes: Não. Mas o que eu quero dizer, Jairo, é o seguinte: na reunião anterior foi dito que mesmo os parques fechados têm vigilância.

Jairo Galera: Sim.

Cons. Cristina Antunes: Portanto, têm custo.

Jairo Galera: Têm.

Cons. Cristina Antunes: Eu estou contestando enfaticamente isso. Nós temos dois parques lá, no grupo Cordeiro, que não têm vigilância nenhuma. São parques decretados. Não estão abertos ainda, e não têm vigilância nenhuma. Então eu preciso saber...

Jairo Galera: Sim.

Cons. Cristina Antunes: O que é importante a gente saber, é o que, de fato, está sendo gasto em cada um dos itens. Dentro dos processos que foram aprovados aqui. O que já está valendo. Que já está gasto.

Jairo Galera: Está. Espera um pouquinho. Eu tenho aqui, a relação de todos os contratos, e a posição de cada um, até ontem. Então eu tenho o processo, o contrato, o valor mensal, a previsão para 2014 até 31/12, o vencimento do contrato, da prorrogação, o valor empenhado. A previsão corresponde até 31/12. O que está empenhado, a gente empenha pensando em 31/12. Porém o contrato tem um vencimento... Por exemplo, o primeiro contrato aqui é o Grupo Ciência, que é uma média mensal de 173 mil reais. A previsão para 2014 é 825 milhões. O vencimento do contrato é 21/5. Vai até 21/5 agora. O valor empenhado é 990 mil. Falta empenhar 165 mil, até 31/12. Então isso eu tenho para vocês aqui. Posso até passar depois, para vocês. Todos os contratos de manejo e de vigilância. A gente pode até passar uma cópia para vocês, depois, e você dá uma olhadinha.

Cons. Sônia: Eu gostaria de ter uma cópia também. Sônia do Morro do Querosene.

Jairo Galera: Porque aí fica mais fácil você entender até onde estão os recursos. De qualquer forma, eles estão todos ali. Essa é a previsão. Esse quadro que eu estou apresentando para vocês, é uma estimativa até 31/12. Mesmo que meu contrato vença... Que nem eu falei para vocês, vai vencer dia 21 de maio, esse aí, a gente não pode pensar só até 21 de maio. Eu tenho que pensar até 31/12. Então o valor que eu coloco, que a gente coloca, pede a disponibilidade, a gente prevê até 31/12. Não dá para prever só até agora.

Sônia: Então nesses 56 milhões, têm contratos vencidos...

Jairo Galera: A vencer.

Cons. Sônia: E contratos a serem contratados?

Jairo Galera: Não.

Cons. Sônia: Não tem previsão aqui? É só contratado?

Jairo Galera: Não. Só o que já está... Isso aqui é o que a gente tem em andamento.

Cons. Sônia: Então de maio até dezembro, por exemplo, desse contrato, não está aqui.



Jairo Galera: Está. O que está previsto no valor total. Está previsto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos só lembrar também, Sônia, toda vez... como está sendo gravado o que a gente falar, fala o nome. Mesmo que não fale a... Só para ficar gravado que é a Sônia que está perguntando. Obrigado.

Cons. Sônia: A minha dúvida é: nesses 56 milhões, estão incluídos os contratos ainda não firmados, mas previstos até dezembro?

Jairo Galera: Todos os que foram aprovados. Tudo o que passou pelo Conselho aqui, que já foi aprovado, está previsto aqui. Nos 56 milhões. A Laressa está me informando o seguinte: dos R\$ 56.350.992,00 é que já estão sendo executados. E os outros R\$ 56.978.000,00 é que está previsto para executar. Isso. É previsão para executar.

Cons. Cristina Antunes: Previsto, mas não está aprovado ainda, aqui?

Jairo Galera: É só previsto. Ainda não está aprovado aqui. Possivelmente, vão passar todos por aqui. Bom, para vocês terem uma ideia aí, nós temos aí, um saldo de R\$ 81.713.299,89. Ainda nesses recursos. Então eu tenho 56 previstos, que se eu tirar dos 81, eu tenho quase 20 milhões ainda aí, que vai ficar disponível.

Cons. Sônia: Não entendi. Qual a rubrica que você está falando?

Jairo Galera: Na soma desse quadro, você tem aí R\$ 114.224.691,66. Tirando o que a gente vai precisar, a gente tem ainda, R\$ 81.713.299,89. Desses 81, eu tiro 56 de previsão. Quer dizer, 56 milhões para serem aprovados, ainda me sobra aí, quase 20 milhões que é para disponibilizar para outras atividades, outros processos.

Cons. Cristina Antunes: Isso é até o fim do ano?

Jairo Galera: Até 31/12.

Cons. Cristina Antunes: Então nós temos 20 milhões para aprovar projetos até o fim do ano?

Jairo Galera: Isso. Como a gente já pensou em todos esses contratos que vocês estão aprovando, já está previsto aqui a utilização, nos 56 milhões, sobra ainda, quase 20 milhões para outras atividades, outros projetos que sejam aprovados no FEMA.

Cons. Cristina Antunes: Então daqui até dezembro, nós temos 20 milhões disponíveis para aprovar?

Jairo Galera: Isso. Nesse momento, 20 milhões. Se houver entrada de recursos, aí... Ontem, parece que foi liberado novamente a fiscalização, então devem entrar mais TCAs, mais outras coisas aí. Devem entrar mais recursos de outras fontes, aí. E é isso que a gente está esperando que entre, para a gente poder ter uma tranquilidade até 31/12. No quadro de baixo, que a gente tem aí as multas de falta de inspeção veicular, R\$ 12.709.000,00... Espera um pouquinho. Dentro desses recursos das receitas correntes aí, esses R\$ 12.709.000,00 aí é do trólebus, que também já está incluído. Vão ser utilizados. É previsão. Não foi ainda disponibilizado nada, lá para trólebus.

Cons. Cristina Antunes: Jairo, ajuda a gente aí. Qual coluna você está falando? Não consigo achar as coisas que você está falando.

Jairo Galera: Na coluna D, embaixo dos R\$ 56.978.000,00 está lá R\$12.709.191,00.

Cons. Cristina Antunes: Coluna B?

Jairo Galera: Da coluna D.



Cons. Cristina Antunes: D de dado. Está bom.

Jairo Galera: Isso. R\$ 12.709.191,00. Isso daí é da implantação dos projetos do trólebus. Está previsto, está incluído nesses valores todos aí, que a gente já tem de previsão, porém ainda não foram utilizados.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Essa linha aqui, total multa por falta de inspeção veicular...

Jairo Galera: Sim.

Cons. Sônia: Por que tem essa linha aqui que o valor é igual à provisão de dispêndio do trólebus?

Jairo Galera: Na realidade, o saldo desse aí é o de cima. Valor líquido na conta corrente, R\$ 115.835.397,00. Aí nós temos R\$ 12.709.000,00 que já estão previstos para o trólebus. Já foi feita a previsão até 31/12, porém até agora não foi utilizado nada. Foi pedido um valor muito pequeno, a gente disponibilizou, mesmo porque o ano passado, nós disponibilizamos o valor todo, de quase R\$10,5 milhões. Foram utilizados apenas R\$ 4 milhões, e a gente acabou não utilizando o resto. E por conta de cotas que a gente precisava, do mês, a gente acabou perdendo recurso porque não tinha cota, porque estava tudo reservado no trólebus. Então esse ano, a gente resolveu fazer o seguinte: a cada três meses, a gente vai passar o recurso. Eles gastaram, a gente passa. Porque se não gastar, não adianta eu passar, porque eu vou prender dinheiro nosso, cota nossa, de recurso.

Cons. Cristina Antunes: Esse dinheiro que não foi utilizado, que se perdeu, então era...

Jairo Galera: Não. Não é que se perdeu. Ele deixou de ser utilizado.

Cons. Cristina Antunes: Está bom. Deixou de ser utilizado. Mas continua no Fundo?

Jairo Galera: Continua no Fundo. Então como esses 12 milhões... Pediram 12, falei não. Não vamos liberar os 12 agora para a gente não ficar sem cota financeira. Libera tudo e depois a gente fica sem como tocar os nossos processos. Então acabou segurando.

Cons. Alexandre: Só uma dúvida. Nesse caso é vinculado, vindo da inspeção veicular, tem que ser aplicado no transporte, ou não?

Jairo Galera: Não necessariamente. É mais uma receita corrente também. Então não necessariamente precisa ser aplicado só no transporte coletivo.

Cons. Cristina Antunes: Cristina. Mas tendo sido aprovado para trólebus, não está vinculado a trólebus? Uma vez que foi aprovado para o trólebus?

Jairo Galera: Não. O que foi aprovado para trólebus, os 12 milhões estão para o trólebus. Vão ser utilizados no trólebus, não tem como. A gente não vai utilizar para outra forma. Só para trólebus. Mas é o que eu falei para vocês: a gente só vai utilizar à medida que eles forem gastando. Não dá mais para por todo o recurso para lá, e a gente ficar aqui pendente, dependendo de liberação de cotas para tocar as outras coisas.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Agora, aquele que já estava destinado, que não foi utilizado, portanto continua no Fundo, ele estava destinado a trólebus?

Jairo Galera: Sim. Na realidade, o ano passado...

Cons. Cristina Antunes: Aquele dinheiro não é carimbado?

Jairo Galera: O ano passado a gente carimbou, para o trólebus, R\$ 10,5 milhões, se não me falha a memória. E fizemos o empenho... Foi colocada a reserva todinha para eles, eles fizeram o empenho



dos R\$ 10 milhões. E só utilizaram R\$ 4 milhões. Ou seja, tivemos que cancelar o empenho do restante, dos outros quase R\$ 6 milhões... Foi cancelado o empenho, foram canceladas as reservas. O dinheiro não foi gasto, continuou no Fundo. Mas a gente teve um problema muito sério o ano passado, que foi que nós tínhamos cotas. Ou seja, dinheiro em caixa. A finança fala: cota é dinheiro que tem em caixa para pagar. É o orçamentário. Se ela tiver dinheiro em caixa, você consegue empenhar. Se não tiver, não empenha. Então o ano passado, nós deixamos de empenhar, até o final do ano, quase R\$ 6 milhões de reais em outras coisas, por quê? Porque esse dinheiro estava preso no trólebus. E esse ano, a gente fez diferente. Nós vamos liberar parceladamente. Ah, vocês precisam? Vocês peçam. A gente libera. Para a gente não ficar com dinheiro empenhado lá. Cota empenhada, e o dinheiro parado, e a gente não poder utilizar. Que a gente depende de recursos, também. Da fonte do que está no caixa da prefeitura. No caixa da SF.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só uma informação. Rubens, secretário executivo do FEMA. Só uma informação para a Cristina. Cris, eu não sei se você lembra, que esse ano aqui, o pessoal da SPTrans esteve aqui. O Simão fez uma apresentação de remanejar esses R\$ 6 milhões, que era recurso para o Corredor Celso Garcia, que em função da revitalização da Celso Garcia não ocorreria, e aí, esse recurso seria transferido para o projeto do Centro. E foi aprovado aqui esse remanejamento do corredor Celso Garcia para o Centro. Então, esse dinheiro que estava previsto do ano passado, que sobrou, é o que está sendo remanejado para esse trabalho, agora. E fora isso, tem mais os outros projetos, então tem esses R\$ 12 milhões relativos ao trólebus.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Esse remanejamento está dentro dos R\$ 12 milhões, ou não?

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim. Está dentro dos R\$ 12 milhões.

Cons. Sônia: E por que ele ainda aparece na rubrica implantação de... Nesse processo 2012 que é o único 2012?

Jairo Galera: Jairo. Na realidade, Sônia, o processo é o mesmo. O processo que cuida da implantação, manutenção e modernização dos trólebus é um processo só. Então o que foi feito remanejamento, foi dentro do mesmo processo, estava previsto para uma determinada área da Celso Garcia. De repente, não. Vamos esperar a Celso Garcia, e vamos por o Centro. Então é só uma mudança de objeto interno.

Cons. Sônia: Só de local?

Jairo Galera: Isto. Só de local. O processo ainda é o mesmo. Cristina, só para você ter mais uma noção, quando a gente fala em cota financeira, é cota financeira orçamentária. Não é banco. O caixa da prefeitura, ele trabalha dessa forma. Entrou dinheiro em caixa, ele tem lá para pagar. Ah, mas nós estamos usando do FEMA. O do FEMA, de certa forma, ele entra no orçamento de finanças também. Então ele não vem buscar na nossa conta, no banco. Ele vai tirando de lá.

Cons. Cristina Antunes: Eu te agradeço. Toda vez eu falo com você: questão das finanças precisava ter um auditor aqui do meu lado, para me ajudar. Mas te agradeço. Realmente não tenho facilidade para entender isso, mas tenho uma enorme preocupação com o que a gente está aprovando aqui. Nós somos responsáveis pela gestão do dinheiro daqui, tanto quanto vocês, que têm especialização.

Jairo Galera: Com certeza. Então, aí a gente deixou para vocês aí para baixo, crédito de carbono, que é o que eu tenho. Não existe previsão de aumentar essa receita. Isso está tudo parado. A gente tem um saldo de reserva-empenho de R\$ 4 milhões. E um disponível ainda, de R\$ 2,2 milhões. O que está na coluna C é o que já foi reservado, e boa parte empenhado, já. E o que tem na coluna B,C aí, que é o saldo disponível. É R\$ 2.258.070,00. Que no momento, não temos nada previsto para utilização desse recurso. Acho que é Crédito de Carbono. E também não tem previsão de aumentar esse valor disponível, por quê? O crédito de carbono não está sendo leiloado. Não existe... Parece que o preço caiu tanto lá fora, que não há interesse em fazer qualquer processo de leilão, porque vai



ser despesa, desperdício de recurso, e não vai arrecadar nada, porque não tem... O preço está muito baixo.

Cons. Cristina Antunes: Agora, se estivesse, seria carimbado, não é? Quer dizer, você só poderia usar para algumas coisas. O crédito de carbono não pode usar em qualquer coisa.

Jairo Galera: Eu só poderia utilizar na região Leste, na zona do Aterro São João e no Aterro Bandeirantes, só, na zona Norte. E os termos de compensação ambiental, que também são recursos carimbados, que a gente tem aí, R\$ 73 milhões disponíveis para implantação de projetos ambientais. E esse código 6100 é para desapropriação. Na primeira coluna aí... O que é 51 é obras, o que é 61 é desapropriação. E 39 é serviços. Serviços de terceiros, pessoa jurídica.

Cons. Alexandre: Nesse caso, pelos próprios termos de ajuste de conduta, ou já está determinado que tem que ser para desapropriação? Está vinculado a desapropriação?

Jairo Galera: Sim. Está vinculado. Os termos de compensação ambiental, na realidade, é termo de compromisso ambiental.

Cons. Alexandre: Termos de compromisso ambiental, TCA.

Jairo Galera: Tem o termo de ajustamento de conduta, que são os TACs, mas aí a Bianca pode até esclarecer mais para vocês.

Cons. Bianca: Então, o termo de compromisso ambiental, ele está definido no Plano Diretor. Então ele faz parte da legislação municipal ambiental. Então ele não está vinculado com aquelas legislações federais. É uma definição... Porque são várias coisas, assim: no estadual tem o termo de ajustamento de conduta ambiental, tem o federal que está relacionado a unidades de conservação, tem uma série de terminologias muito parecidas com ela, que são todas vinculadas à compensação. Mas esse, exatamente, ele está instituído no Plano Diretor de 2002, não nesse novo. Nesse novo, ele está instituído novamente pela revisão, mas já é uma maneira diferente. E quando não há possibilidade de fazer compensação nas áreas, ele é mandado para o FEMA. Assim como o TAC.

Cons. Alexandre: Alexandre, novamente. Nesse caso a gente tem um valor aí, considerável. R\$ 53 milhões, que até por conta da política, da restrição de recursos para manutenção... criação e manutenção de novos parques, está congelado também, não é?

Jairo Galera: Não. Na realidade, nós temos aí, R\$ 73 milhões. E esses 53 é previsão para entrar em 2014. São processos que a gente tem, tramitando pela Secretaria, e que conforme orientação... Eu sou ontem, parece que foi já... A liminar que havia cassado a Secretaria do Verde de fazer fiscalização por conta de um acordo que tinha com a Cetesb, parece que voltou atrás. Então a Cetesb nos autorizou. A Secretaria vai voltar a fiscalizar, e vai voltar a aplicar penalidades, e fazer os termos de novo. Então essa previsão é do que a gente tem de processo rolando na Secretaria, que poderão advir esses valores desses processos, após a decisão.

Cons. Alexandre: Entendi. Então esses 73, por enquanto, mais o que virá de receita, está congelado, no sentido de que a gente não tem previsão de gasto?

Jairo Galera: Na realidade, não está congelado. A gente não tem previsão de utilização ainda, desses recursos. Mais alguma dúvida?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Algum Conselheiro, Conselheira? Muito obrigado, Jairo.

Cons. Sônia: Posso só perguntar mais uma coisa?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode.



Cons. Sônia: Essa última rubrica aqui, implantação de projetos ambientais. Tem 73... Esse 29 aqui, de provisão de dispêndio...

Jairo Galera: São processos que já estão em andamento na Secretaria. Não. Processos que estão de utilização desses recursos.

Cons. Sônia: Então, porque a gente não tem aqui os números de processos, nem diversos...

Jairo Galera: Não foram aprovados. São só previsões. O processo ainda não foi aprovado. Não foi submetido, ainda. Isso. Processos em andamento com projetos para serem executados, e que por N problemas ou N motivos, ainda não foram apresentados ao Conselho para serem aprovados. Mas é que a gente já fez a previsão do custo, para a gente ter uma ideia. A previsão é a gente pretende que seja utilizado. Porém, não existe ainda, a decisão de ser utilizado. A provisão é que já vai ser utilizado. Ou seja, já está previsto, já está provido, ou seja, está em condição de ser feita a obra, o projeto, porque o dinheiro já está reservado.

Cons. Cristina Antunes: Isso aqui está nessa coluna de provisão, e lá em cima, os 56978, também é...

Jairo Galera: Provisão. É o que a gente falou para vocês: 56 eu já tenho reservado para poder utilizar. E esses outros 56900 é que são projetos que a gente já está pensando para poder utilizar. Já está prevendo a utilização.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Agora, até o final deste ano...

Jairo Galera: Isso. Até o final...

Cons. Cristina Antunes: Você tem de... Eu não entendo. Mas se eu entendi, a gente tem 20 milhões para aprovar aqui.

Jairo Galera: Eu tenho 20 milhões livres.

Cons. Cristina Antunes: Livres.

Jairo Galera: Esses 56 já estão incluídos dentro do que a gente fez, da provisão de despesas. Como eu falei para você: eu tenho contratos que eu vou até 21 de maio. Mas eu não posso ter o contrato só até 21 de maio. Eu já tenho que prover ele até 31/12. Então nesses 56 milhões, até 31/12 eu estou provendo, já, a utilização.

Cons. Cristina Antunes: E esse dinheiro está no Fundo?

Jairo Galera: Esse dinheiro está no Fundo. Está disponível lá, ainda. A gente tem um contrato em andamento... Por exemplo, o primeiro que eu falei para você. Vence dia 21 de maio. Eu vou prorrogá-lo, eu não vou... Se mesmo que eu não o prorrogue, que eu faça um contrato novo, eu tenho que basear no mesmo valor até 31 de dezembro. Não dá para a gente fazer uma... Eu não posso jogar mais, ou jogar menos. Eu tenho que jogar o valor que eu tenho utilizado até hoje. Então eu tenho que estar pensando contrato até 31/12, que é o exercício financeiro. Não dá para eu pensar menos. Ah, mas se não for renovar? Se não for renovar, eu vou ter que ter outra contratação. Essa outra contratação, ou ela vai ser no mesmo valor, ou um pouquinho maior, mas eu tenho que estar previsto isso para a gente utilizar até 31/12. Não dá para eu não pensar.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Eu estou tentando entender aqui, os resultados onde eles... Que operação que a gente faz. Esta lista que vocês passaram aqui para a gente, ela soma esses R\$ 56.350.000,00?

Jairo Galera: Está incluído aí. Nessa lista que eu passei para vocês, é a lista de todos os contratos que eu tenho adiamento. Nesse valor aí, a gente já está prevendo tudo isso.



Cons. Sônia: Não, não. É porque o que você me falou agora, é que esses R\$ 29.816.000,00, como é provisão, eles não têm vínculo com o processos aprovados.

Jairo Galera: Tem, tem.

Cons. Cristina Antunes: Não. Têm vínculo com processos que estão em análise dentro da Secretaria, mas não vieram para cá para serem aprovados.

Cons. Sônia: Não vieram para cá ainda.

Jairo Galera: Isso. Tem alguma coisa que não veio para cá ainda. Mas a gente já está prevendo a utilização. Que não dá para eu fazer... Não pensar no futuro.

Cons. Sônia: Então você está provisionando a utilização.

Jairo Galera: Isto. Isto. Eu estou fazendo um provisionamento dentro desse quadro, porque eu... Passou o processo por aqui, eu vou utilizar o recurso. Aprovando, eu vou utilizar. Então eu tenho que ter isso em mente, que eu vou precisar do recurso.

Cons. Sônia: Não. Eu entendi essa lógica. Eu só quero entender aqui, a diferença... Porque a gente trabalha aqui com processos. A gente aprova processos. Um por um. Então, eu quero entender aonde que eles somam aqui, como que a gente tem essa lógica aqui dentro, desse quadro de trabalho aqui. Essa lista aqui, que são processos, pelo que eu entendi, já aprovados?

Jairo Galera: Isso. Processos que estão em andamento, já aprovados, e previstos até 31/12. Ele está aprovado só um período, que é aquele valor que vocês têm aqui, dos 53. Eu vou prorrogá-lo, não vou? Eu pretendo prorrogá-lo. Então eu vou precisar dos recursos até 31/12. Então eu já estou fazendo a provisão aqui, já pensando que esses contratos vão até 31/12.

Cons. Cristina Antunes: A gente precisa é saber de tudo que a gente já aprovou, o que é que já está sendo gasto, ou o que já terminou de ser gasto. Porque nós já fizemos a aprovação de prorrogação de contratos que era por três meses, era por seis meses. Então é isso que a gente precisa, Jairo. A gente precisa saber o que já foi gasto. Porque até agora, nós temos esses problemas. Tem dinheiro aprovado que não foi gasto. Mas já está aprovado.

Jairo Galera: Até agora foi liquidado 61 milhões. Foi até agora gasto do que já foi aprovado aqui.

Cons. Cristina Antunes: Do qual total aprovado?

Jairo Galera: É. Do total R\$ 61.374.421,29. Esse é o que já foi gasto. Já foi pago. Pode até não significar que foi liquidado. Porque é o seguinte: a gente paga, liquida... Ou melhor, a gente liquida. A gente liquida, a Secretaria de Finanças manda o dinheiro para o fornecedor. Só que pode até ser que não tenha sido liquidado ainda. Porque não pago. Liquidado, foi. Então foram 61 milhões, já.

Cons. Cristina Antunes: E dessa planilha, como é que a gente identifica esses?

Jairo Galera: Na realidade, Cristina, nessa lista aí, a gente só tem o valor empenhado. Que a gente empenhou. Que foi aprovado aqui, e a gente já empenhou para cada um desses contratos. Eu não tenho, nessa tabela, o que já foi liquidado. Mas é uma questão da gente levantar depois, e passar para vocês, se vocês quiserem.

Cons. Cristina Antunes: Eu entendo que foi essa solicitação que a Sônia fez por e-mail, que a gente falou na reunião anterior. E que eu endossei quando eu confirmei minha presença.

Jairo Galera: Talvez acabou... Na hora de montar o quadro, não se colocou a coluna do que já foi liquidado.



Cons. Cristina Antunes: Então só a gente precisa acompanhar do que a gente aprovou, que consequência resultou?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo.

Cons. Cristina Antunes: Entendeu?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina, só...

Cons. Sônia: Inclusive porque existe... Sônia, do Morro do Querosene. Existe a informação de que alguns processos aprovados em 2013 foram parados, como é que fala? Foram suspensos.

Jairo Galera: É. Na realidade, o que foi suspenso de 2013, foram contratos de obras. De alguns processos de obras, que havia... a administração... não, tem que fazer, tem que fazer, então a gente passou pelo CONFEMA, foram aprovados, porém nenhum... alguns deles não foram executados. Não deu nem ordem de início.

Cons. Sônia: E eles não estão aqui?

Jairo Galera: Não. Nesse quadro maior, não. Porque não foi dado ordem de início.

Cons. Sônia: Mas a gente precisa saber quais são. Esses processos passaram pelo Conselho...

Jairo Galera: A gente pode até passar para vocês, o que passou e o que não foi executado, a gente tem, também.

Cons. Aline: Aline, SF. Jairo, nessa coluna D aqui, esses R\$ 56.978.000,00 já estão incluindo, esses aqui que estão nas pautas, até o final do ano? Que vocês vão colocar em pauta?

Jairo Galera: Com certeza. Esses 56 milhões...

Aline: (incompreensível).

Jairo Galera: Isso. Esses 56 milhões, prorrogações ou contratações novas. A gente está prevendo isso, já, até o final de dezembro.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos fazer a solicitação da Sônia de novo. Para que seja feita. Se, inclusive, antes da próxima reunião, já passar por e-mail para os conselheiros e conselheiras, por favor. Lourdes, você entendeu? Essa solicitação feita, façam por e-mail o quadro, e passem para os Conselheiros e Conselheiras, por favor.

Cons. Cristina Antunes: Desculpa, Luís. Para deixar bem claro, o que a gente precisa é cada processo que a gente aprovou, desde sempre. Desde que começou essa avalanche de processos.

Jairo Galera: Essa maratona, não é?

Cons. Cristina Antunes: É. A gente precisa item... Cada um, qual era o número do processo, qual era o objeto, e o status dele. Porque aí a gente tem condição de acompanhar e perceber o nível de responsabilidade que a gente tem nisso. Que a gente está aprovando projeto, mas a gente não sabe se resultou realmente em alguma coisa concreta.

Jairo Galera: Com certeza.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agradeço ao Jairo.

Cons. Alexandre: Mais uma dúvida. Mais uma dúvida aqui, em relação...



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só peço aos conselheiros que esse assunto, como vão atender, nós temos uma pauta extensa.

Cons. Alexandre: É breve. Só para tirar uma dúvida aqui. Dentro da previsão aqui dos 56, 56 já empenhados, reservados, dos projetos já aprovados, e mais os cinquenta e seis, novecentos e tantos, que são a provisão.

Jairo Galera: Isso.

Cons. Alexandre: Quando a gente vê aqui na outra tabela, não bate. Dá 126 de previsão. Dá mais do que a soma dos 56.

Jairo Galera: São 126 total, até o final do ano. Até 31/12.

Cons. Alexandre: Mas isso é mais do que o reservado até agora, e o previsto na outra tabela, não é isso?

Jairo Galera: Na realidade, é o seguinte: a gente fez: do contrato, eu tenho a previsão de reajustes, eu tenho reequilíbrio, então a gente tem que fazer, nessa tabela de contrato, eu tenho que pensar em tudo isso. Pode vir a acontecer em 2014? Pode. Ou pode sobrar para 2015. Mas a preocupação, em princípio, é que os contratos tenham recursos até 31/12. Previsão para reajuste, reequilíbrio, essas coisas, a gente tem que fazer. Porém, eu não incluí nos 56 milhões.

Cons. Alexandre: Mas pode ser então, que a gente tenha menos que os 20 milhões disponíveis?

Jairo Galera: Ou pode ser que tenha mais. Porque como a gente fez uma previsão de 56 milhões e eu, na hora de fazer as medições, os contratos são pagos a menor do que foi medido... porque mediram... a gente paga pela medição. Não pelo contrato em si. O contrato de... por exemplo, 1,2 milhão, eu teria que pagar 100 mil reais por mês, do contrato. Mas eu vou pagar pela medição. Se atingiu cem mil, ótimo. Se não atingiu, vou pagar 80, 70, 90. Então de qualquer forma, vai ter recursos sobrando aí, para suportar reajustes, suportar, talvez, reequilíbrio.

Cons. Alexandre: E por fim, em relação a essa porcentagem pequena, por sinal, que não seria utilizada para manejo e conservação e segurança dos parques, há o replanejamento desses recursos. Que a gente tinha previsto, inicialmente, no começo do ano, uma porcentagem aí, para educação ambiental, uma porcentagem para os ecopontos, para as ciclovias, e que não dá, com esses recursos.

Jairo Galera: Não. Na real...

Cons. Alexandre: Um replanejamento.

Jairo Galera: Não. Na realidade, é o seguinte: vocês pensaram uma porcentagem da receita. Agora, quantos projetos têm, quantos projetos foram apresentados, a gente... até agora, a gente tem visto valores muito baixos, de utilização, nesses projetos todos, ambientais que vocês estão falando. Então a gente está... Dos 20 milhões, eu particularmente, até o momento, entendo que é um recurso até que razoável para você ter isso aí. Porque pela quantidade de projetos e editais que têm se lançado, a gente não tem visto mais do que 5 milhões, 6 milhões, até agora. Eu não sei. Pode ser que tenha até mais. Mas...

Cons. Alexandre: Mas ainda não há um replanejamento nesse sentido?

Jairo Galera: Não. A gente não mexeu nisso ainda. A gente não pensou nisso. É uma questão de ver o que é que vão entrar de projetos novos, de editais novos, e aí a gente dá uma revisada. De repente, vamos chegar à conclusão que vai gastar muito mais de 20 milhões, nós vamos ter que cortar custos outros, para poder utilizar para esses recursos.



Cons. Cristina Antunes: Esse edital que está rolando, agroecologia, a verba prevista está nesses 20 milhões?

Jairo Galera: Na realidade, tem que estar previsto aí dentro. Vai ter que ser utilizado os 20 milhões para isso também. É o que eu falei para vocês: a gente não tem ideia do custo disso. Eu não sei se vocês têm.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, só para complementar... Foi aprovado... Rubens, desculpa. Foi aprovado aqui nesse Conselho, 1,5 milhão de reais para o edital número 10. Então esse 1,5 milhão, ele já fica reservado para esse fim.

Cons. Cristina Antunes: Está dentro desses 20?

Secretário Executivo Rubens Borges: Está dentro dos 20. E se eventualmente sair algum outro edital ainda esse ano, aí a gente vai fazer a reserva. Só que possivelmente, a gente não vai gastar ainda esse ano. Porque até o lançamento do edital, a seleção de projetos, e tudo, muito provavelmente vão ser firmados os convênios, no início do ano que vem. Ou final do ano, ou no início do ano que vem. Mas a gente vai gastar, efetivamente, a maior parte no exercício de 2015.

Cons. Cristina Antunes: Nós temos mais um monte de projetos para serem analisados e aprovados. Para serem aprovados. Todos são aprovados. Se esses projetos consumirem esses 20 milhões, a gente não tem dinheiro para novos editais? Não tem da onde tirar. Quer dizer, é uma previsão: se entrar crédito de carbono, se entrar inspeção veicular, se entrar TCA, aí a gente é reabastecido?

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas a gente tem uma previsão de receita de receitas correntes. Então são muitas ambientais, são termos de compromisso, são muitas por inspeção veicular, utilização de espaços públicos. Então a gente tem uma expectativa de receita, e que para esse ano, para o edital número 10, está garantido. Para o edital número 11, que possivelmente vai ser assinado até o final do ano, para ser executado em 2015, a gente tem previsão de receita para 2015. Então nós vamos comprometer o orçamento de 2015 para o edital 11. E o de 2014 para o edital 10, que já está reservado o recurso.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou fazer mais uma pergunta. Pode ser sem sentido, mas enfim, no que é gasto o dinheiro do orçamento?

Secretário Executivo Rubens Borges: É com DAF.

Jairo Galera: O dinheiro do orçamento é gasto em tudo que for possível. A gente põe... tem contratos de manutenção de parques, a gente utiliza... não no manejo, mas manutenção. Eu tenho contratos de limpeza, que a gente utiliza. Eu tenho alguns contratos de vigilância ainda, que estão sendo utilizados nos recursos da Secretaria. Não estão todos no FEMA. Vocês podem ver aqui...

Cons. Cristina Antunes: Nessas rubricas aqui, o 51, o 39, o 61, alguma dessas... Era legal a gente saber quanto que entra do orçamento nessas rubricas. Nesses códigos, também. Obras, serviço e desapropriação.

Jairo Galera: Para você ter uma ideia, nós, de vigilância, para 2014, na dotação da Secretaria, ainda temos contrato de vigilância, vai dar 14,5 milhões só de vigilância. Eu tenho alguns contratos de manejo e conservação que ainda estão na Secretaria, que dá mais 4,1 milhões. Eu tenho contratos diversos...

Cons. Bianca: Jairo, em geral. Não nessa dotação. Tudo. Secretaria toda, ela está falando. Geral. Você está falando só da dotação...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Eu acho que na Secretaria toda... Só para esclarecer, a gente tem outros departamentos. Quer dizer, você tem o funcionamento do DECONT. Você tem uma divisão veterinária que tem um custo alto: compra de medicamentos, alimentação para os animais, e



equipamentos. Você tem a divisão de unidades de conservação também. Então a gente tem as despesas com as APAs e a gestão das APAs. Então o recurso da Secretaria, no geral, é para essas outras atividades.

Cons. Cristina Antunes: Eu poderia, Luís, solicitar... Será uma planilha grande, mas um extrato de toda contabilidade da Secretaria? Daí a gente tem como ter um mapa geral do que se gasta nessa Secretaria. Isso é importante até para a gente divulgar dentro da comunidade, para as pessoas poderem se situar em relação a isso. Aí a gente tendo um extrato da contabilidade como um todo, a gente percebe onde é que falta, onde é que tem, onde é que sobra, se é que sobra. Então eu queria solicitar isso formalmente, para a gente fazer, inclusive, essa análise com mais calma, para não tomar mais tempo aqui. E para divulgar isso nas nossas entidades. Que nos cobram continuamente, também. Nós também somos cobrados.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Já está anotado aqui. O próximo...

Jairo Galera: Só para você ter uma ideia, eu tenho um extrato que a gente tem, do próprio sistema de execução orçamentária, que diz o seguinte: eu tenho o orçamento total, 278 milhões, eu tenho 30 milhões congelados, eu tenho orçado disponível, 247 milhões. Eu já reservei 189 milhões, eu já empenhei 58 milhões, eu já liquidei 28 milhões, e já paguei 26 milhões. Eu tenho 29 milhões de saldo de empenho, e tenho 131 milhões de saldo de reserva, e tenho 58 milhões disponíveis na dotação total da Secretaria. Para utilizar até 31/12. Esse quadro é fornecido pelo sistema.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Eu acho que além de saber esses grandes números, a gente está também querendo entender as rubricas em que elas são gastas. Então acho que é isso que...

Jairo Galera: Aí a gente tem que sentar e conversar. Porque aí é demorado, para até você entender. É complexo para quem não tem conhecimento de administração financeira pública, é um pouco complexo. Mas se você tiver disponibilidade, quiser sentar com a gente, a gente senta e te explica.

Cons. Sônia: É. Eu inclusive pensei exatamente isso. Que eu acho que, sem dúvida, a lógica do planejamento e da contabilidade do setor público é bastante complexa. Isso não quer dizer que ele seja ininteligível. Eu acho que sempre que a gente consegue estabelecer uma clareza de números, é importante para todo mundo. Para toda a população. E não conseguir estabelecer essa clareza de números sempre se torna uma coisa que não fica transparente. Que é a tal da nossa transparência.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só uma sugestão. Já fizemos, várias vezes, apresentações, planilhas, números, e sempre restam dúvidas. Então eu acho que o que o Galera falou, está à disposição, é só vocês Conselheiros e têm liberdade para isso em qualquer departamento da Secretaria, ligam: posso ir? Estou indo. Senta, explica, fica mais fácil. Porque senão toda vez nós voltamos ao assunto aqui, sempre surgem dúvidas, e sempre estamos comendo o tempo dos senhores e senhoras, para que a gente toque a nossa reunião. Então o Jairo está sendo pondo à disposição, Sônia, para qualquer Conselheiro ou Conselheira que quiser, vão ao Departamento do DAF, ele vai explicar sobre todas as rubricas.

Cons. Cristina Antunes: Eu, de qualquer forma, eu acho que é legal essa possibilidade. Mas eu reitero a solicitação da gente ter um extrato detalhado da contabilidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já está anotado aqui o que você falou. Inclusive, entramos na sugestão de inclusão de pautas, você já fazendo o pedido. Já entrei na inclusão de pauta esse pedido, está bom?

Cons. Sônia: A minha fala... Sônia, novamente, do Morro do Querosene. A minha fala tinha uma finalização que é exatamente no sentido da gente estabelecer aqui, uma proposta de acompanhamento orçamentário do FEMA. Eu acho que a gente precisa disso. E eu acho que isso pode ser uma proposta que vem do Departamento que cuida disso. Como que a gente pode, no FEMA, estabelecer um sistema de acompanhamento orçamentário. Se em toda reunião a gente tem



um relatório, se a cada duas reuniões, ou... como que a gente estabelece uma proposta de acompanhamento orçamentário do FEMA. Eu acho isso importante, e que seja estabelecido oficialmente. Que seja uma coisa formal, mesmo. A outra coisa que eu gostaria de colocar aqui, e entender, eu sei que existe um Conselho criado no âmbito da prefeitura, de acompanhamento orçamentário geral da prefeitura. É o Conselho CPOP, ou CPOP, uma coisa assim. E eu gostaria de saber se o FEMA não... Se o CONFEMA não vai ter um representante nesse Conselho. Porque inclusive, nesse Conselho, está sendo feito um treinamento dos Conselheiros, de acompanhamento do orçamento público, e de planejamento. E eu acho que o CONFEMA, como um fundo especial, eu acho que deveria estar representado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está bom. Anotado aqui. Pode falar. Aline, por favor. Bianca.

Cons. Bianca: Pode ser a Bianca? Bianca, de SEMPLA. Só para a gente conseguir finalizar essa questão. Assim, eu já me propus vári... esse pessoal que está fazendo a formação... inclusive eu cheguei atrasada porque eu estava em uma formação desde as 7h00 da manhã, com o nosso Secretário, que são todos professores da USP, o que é muito bom. Assim, a gente tem uma formação muito boa. A gente está dando formação para o pessoal do... os Conselheiros. A gente já fez alguns espaços de formação aqui. Eu sugeriria a gente fazer uma extra, que não fosse relacionada a votação. Que a gente tivesse um pouco de tranquilidade, que pudessem até vir outros convidados, mas que a mesa estaria estabelecida para a gente conseguir explicar isso. Porque eu acho que só ver os dados, eu acho que rola uma dificuldade mesmo. Eu acho que é natural. Eu tive dificuldade no início do trabalho. É bem complexo mesmo. E quanto mais você aprofunda, você vê a complexidade que ele tem.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então vamos fazer o seguinte: segundo a sua sugestão, você vê o dia, você...

Cons. Bianca: Na verdade, acho melhor vocês verem o dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mas você arruma já...

Cons. Bianca: Eu estou disponível. Eu faço.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Você faz? Vê quem é que vai participar, você passa um e-mail?

Cons. Bianca: A equipe do COPLAN.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: E a gente faz um convite a todos os conselheiros, em uma extraordinária.

Cons. Bianca: É só me dizer que dia, e a gente vai para a votação agora, porque a gente resolve os problemas em outro espaço.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está bom.

Cons. Sônia: Eu só queria reafirmar aqui, a necessidade de uma proposta de acompanhamento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já foi, Sônia. Você já falou. Já fiz aqui. Já anotei. Nós vamos agora para a ordem do dia. Passo a palavra para o Rubens. Agora vocês desculpem, senhores conselheiros e conselheiras, se toda hora eu estou levantando. É que eu vim do hospital direto para cá, e eu preciso, de vez em quando, dar uma saída.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, dando início à ordem do dia, eu sugiro que a gente comece pela votação dos ecopontos, porque a gente tem a presença aqui do presidente da AMLURB, Silvano Silvério, que se dispôs a vir para esclarecer qualquer dúvida. E aí, por conta do adiantado da



hora, e de outros compromissos, então a gente começaria pelos ecopontos, assim a gente pode estar liberando o Silvano para outras atividades. Em seguida, a gente entra com os projetos da Secretaria. Então, agradecendo ao Silvano a presença, a gente vai para o parecer técnico da apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária do ecoponto do Parque do Carmo. Processo 2011.0.140.571-2. Como os processos são todos com a mesma formatação, então eu vou ler o primeiro na íntegra, e os outros eu vou ler só a introdução e a conclusão. Então o do Parque do Carmo, é processo 2011.0.140.571-2. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, pela AMLURB. O valor do ecoponto é R\$ 244.744,61. Análise e avaliação da proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana, a AMLURB, solicita análise de proposta visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Parque do Carmo, localizado entre a Avenida Afonso Sampaio e Souza e Rua Floriano Peixoto. A proposta vem acompanhada do ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura de Itaquera, sob folhas 23 a 24, está disponível aqui para consulta, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA, CTLU 103/2008. Às folhas 45 a 59, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folhas 66 a 74, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada no dia 28/3/2014, sobre a ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Enquadramento nas diretrizes e objetivos da política municipal de meio ambiente e do SISNAMA. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA, e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que determina, especificamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar planos, programas e projetos que visem, entre outros, a manutenção, melhoria, e ou recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada na meta da lei municipal de mudanças do clima, número 14933 de 2009. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas: segundo a resolução 165 CADES/2014 de 11 de fevereiro de 2014, que trata da diretriz anual para utilização de recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1, do decreto 41.713 de 25/2/2002, observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes apoio à política de implantação de ecopontos, de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: o custo para implantação do ecoponto Parque do Carmo está baseado na tabela de EDIF, sob folhas 75 e 76, e está estimado em R\$ 244.744,61, com cronograma de desembolso. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então está aberta a palavra aos Conselheiros. Alguma dúvida? Podemos...

Cons. Sônia: Eu só queria... Sônia, do Morro do Querosene. Em que rubrica que estão os ecopontos?

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Existe, no orçamento, uma rubrica própria para implantação de ecopontos. São R\$ 12.500.000,00.

Cons. Sônia: Mas aqui, aqui, onde está?

Secretário Executivo Rubens Borges: Ah, nessa tabela... Eu estou sem ela aqui, agora. A Laressa está me informando que ela não está especificada aí, porque aí foi concentrado nos contratos, e nas implantações de projetos da Secretaria. Os ecopontos não constam nessa planilha. Mas no orçamento, eu não sei se vocês lembram quando foi apresentado o orçamento inicial, tem uma rubrica própria de R\$ 12.500.000,00 específica para ecopontos. Então é dessa rubrica que vai sair o dinheiro da implantação.

Cons. Sônia: Eu só não entendo porque essa rubrica não está aqui?



Secretário Executivo Rubens Borges: É, então. Porque acho que foi centrado só nos contratos da Secretaria. Aí estão listadas só as rubricas...

Cons. Sônia: Mas espera um pouquinho. Deixa eu entender: a gente pediu uma apresentação dos gastos previstos e já contratados, do Fundo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então, dos contratos. Contratados. Esse está sendo...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, esses não foram contratados ainda. Eles estão passando aqui, para serem contratados. Quando forem executados, empenhados, transferidos os recursos para a AMLURB, vão fazer parte dessa planilha.

Cons. Sônia: Eles não estão nem na previsão, aqui?

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Eu não sei se está incluído na previsão.

Cons. Sônia: Não estão.

Cons. Cristina Antunes: Vai sair, Rubens? Não está detalhado, mas tem que sair dos 20 milhões?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Vai sair porque é assim: o orçamento, ele tem 174 milhões. A gente tem 120 milhões comprometidos, não é isso, pelo que eu entendi. Têm 20 milhões para os contratos, então seriam 140. E têm 30 milhões que seriam para outras atividades. Que aí entra o Crédito de Carbono, entra o recurso dos ecopontos, que são outras rubricas, que está dentro dos 174 milhões, aprovados pelo orçamento. Deu para entender? Não sei se ficou claro. Está nos 20 milhões.

Cons. Cristina Antunes: Está nos 20.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está nos 20. Então ele só não está nessa planilha porque eles não foram aprovados ainda, e a gente está... Assim que forem aprovados, eles vão fazer parte dessa planilha também.

Cons. Cristina Antunes: E baixa dos 20?

Secretário Executivo Rubens Borges: Oi?

Cons. Cristina Antunes: E baixa dos 20?

Secretário Executivo Rubens Borges: E baixa dos 20.

Cons. Alexandre: Alexandre, da Associação Alma. Eu acho que não termos replanejado o que fazer com esses 20 milhões, ou... o valor que estaria aí disponível, é preocupante. Porque nós planejamos, ou temos a previsão do que são os recursos de manutenção e segurança dos parques. Ou seja, a gente tem algo que não são projetos novos. Apenas a manutenção dos equipamentos já existentes na Secretaria. Os próximos projetos, os projetos, de fato, que atendem diretamente ao escopo do Fundo, eles não foram planejados. E o Fundo não é um balcão de receber projetos. Não se trata só de outras instituições de demanda espontânea, enviando projetos para solicitar recursos do Fundo. Nós somos o instrumento de política pública. E boa parte desses projetos são da própria administração pública municipal. Eu não vejo sentido em a gente fazer um planejamento inicial, para a gestão, e depois, para o começo desse ano, essas regras mudarem, porque o recurso muda. E depois a gente vai executar esses mesmos projetos com a minoria dos recursos disponíveis, e sem planejamento. A gente está... A educação ambiental da Secretaria que está prevista aí para o Fundo, é uma política pública. Então a gente não pode simplesmente ter a lógica do: ah, não, mas por enquanto tem poucos projetos. Não. A administração propõe os projetos. Então precisa ser pensado qual é o interesse da administração nessas áreas, e reservado o recurso necessário para executar isso. A gente está reservando recursos para tampar o buraco do recurso do orçamento que ficou



abaixo, para manter os parques abertos e em funcionamento, e para todos os novos projetos e coisas também prioritárias da própria gestão, estamos sem nenhum planejamento. Estamos: ah, conforme for chegando projeto, a gente vai aprovando.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para esclarecer, os ecopontos, eles estão dentro do planejamento, eles foram previstos no orçamento, e esse recurso são projetos novos. Então, é de interesse da administração, é um retorno para a população, do recurso que a própria população deposita na conta do Fundo, e isso está dentro do planejamento.

Cons. Alexandre: Mas não foi replanejado do ponto de vista do orçamento. Está dentro do orçamento, mas vai cabendo, entendeu? Ah, vai dando... Vai chegando projeto, a gente vai ver o que dá. Não foi replanejado. A gente tem uma estimativa de gastos com manutenção, muito maior.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente tem aqueles 12 milhões fixados lá, e eles têm um planejamento de implantação de 23, não é, Silvano, ecopontos até o final do ano. A gente está aprovando os primeiros. Aprovando, não. Votando. Votando os primeiros, mas esses estão planejados. Talvez o que não esteja planejado são outras ações. Essa, com certeza, está.

Cons. Alexandre: Mas o que a gente tinha planejado, mudou o cenário. Do que a gente tinha planejado, o recurso não dá. Os 20 milhões não dão, do que a gente tinha planejado. O cenário mudou, e a gente não replanejou, entendeu?

Cons. Bianca: Eu acho que o que o Alexandre está falando tem razão. Bianca, SEMPLA. Tem razão, assim. Existem pressões, e o que a gente previu de receita não entrou. Essa acomodação dessas pressões não está consolidada, ainda. Entendeu? Ainda não tem uma resposta. Não está pronto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, conselheira Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Desde que começou essa busca por recursos do FEMA, eu tenho comentado que a gente está tapando buraco de Secretarias que ficaram com o orçamento aquém da necessidade. Mais uma vez, a secretaria... Agora, de... Agora não sei como é que chama. De Serviços... Está vindo uma Secretaria solicitar recursos do Fundo, para fazer projetos que fazem parte do plano de metas, portanto deveriam estar no orçamento da própria Secretaria. Isso por um lado. Por outro lado, eu gostaria, imensamente, que o Silvano tivesse, agora, oportunidade de se manifestar, de contar para a gente o que há de novo nesse horizonte, de gestão. Porque na reunião anterior, eu coloquei a posição da Ciranda, de que não tem o menor propósito, aprovar novos ecopontos, enquanto os ecopontos que já existem, não estiverem funcionando direito. É fazer recauchutagem meia boca em um equipamento público, que é fundamental, e que não está funcionando a contento. Aqui na solicitação, está dito que isso daqui cabe no decreto tal, não sei o quê. Item A - apoio à política de implantação de ecopontos, de reciclagem, reutilização, e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Não é isso que o ecoponto está fazendo. Nenhum ecoponto está cumprindo este objetivo. Porque o ecoponto é simplesmente um local de transbordo do material que a população ou até empresas depositam lá, para levar para o aterro. Portanto, não cumpre este objetivo. Então não cumprindo-se a esta justificativa, nós não podemos aprovar a verba, a menos que a gente tenha a clareza ou a garantia, o compromisso, e eu falo compromisso que não é bom, porque a gente deveria já ter na prática, uma alteração, uma adequação da operação desses ecopontos. E até agora, isso não aconteceu. Nós já estamos em abril do segundo ano do mandato. A lei de resíduos sólidos exige reciclagem, reutilização e redução de resíduos. E não... Outra vez, não é isso que acontece. As concessionárias são impedidas de fazer, no próprio ecoponto, procedimentos de reciclagem, reutilização e redução dos resíduos. Eles fazem o transbordo, virou uma estação de recolhimento para transbordo. Então, eu entendo que isso que está dito aqui não é o que um ecoponto está fazendo. Então eu gostaria de pedir ao Silvano que comente, ou que esclareça alguma coisa que já foi colocada, Silvano, da outra vez que você esteve aqui. A gente alertou para o fato de que os ecopontos não estão cumprindo a sua função.



Silvano Silvério: Eu quero só submeter à coordenação aqui, quando é que a gente fala. Porque eu não sei se está sanada a primeira preocupação, que era orçamentária, de planejamento. Se a gente entra em discussão (incompreensível).

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A todo momento que o senhor quiser se manifestar, o senhor tem a palavra.

Silvano Silvério: Então está bom. Silvano, eu sou presidente da AMLURB. Nós fizemos, quer dizer, tentamos fazer um esforço grande na reunião passada, para falar do plano de gestão da cidade de São Paulo. Aproveitei a oportunidade para trazer um resumo executivo do plano de gestão da cidade de São Paulo. Ele foi decretado no dia 2 de abril de 2014, pedi que passassem a todos os Conselheiros e Conselheiras. Esse resumo executivo, ele é, portanto, a tentativa de fazer uma síntese do plano de gestão que está na página da Secretaria de Serviços da prefeitura. É um plano que tem quase 500 páginas. E aqui é um extrato do plano de gestão. Esse plano de gestão, ele é um plano de gestão de todos os resíduos. E ele é para 20 anos. Portanto, ele é de 2014 até 2033. E ele tem um capítulo que é específico de resíduo da construção civil. Uma das ações do plano é exatamente a implantação de ecopontos na cidade, tendo em vista que um dos maiores problemas que a gente tem na cidade de São Paulo hoje, são exatamente os pontos viciados. Nós temos 4.500 pontos viciados na cidade, e eu fiz um esforço na reunião passada, para apresentar a relação entre a importância ambiental dos ecopontos, com a questão de saúde, e a questão ambiental. Acho que isso, eu procurei fazer na reunião passada para mostrar a importância do ecoponto também em relação à reciclagem, mas também em relação à importância ambiental. Talvez não seria o caso de repetir aquela apresentação aqui, mas só para fazer uma abordagem em que uma das funções do ecoponto é também a reciclagem, mas não só a reciclagem. Também tem a função ambiental, que é conter os resíduos que são dispostos de forma inadequada na cidade. Então esses ecopontos estão dentro do plano de gestão de resíduos da cidade. A ideia, todas as diretrizes, as estratégias, as ações, e os programas que estão contidos no plano de gestão têm a finalidade, por um lado, de reduzir esses pontos viciados na cidade, que são de fato, um problema ambiental, diria grave. Por outro, aumentar a reciclagem dos resíduos na cidade, e a inserção desses resíduos na própria cadeia da construção, obras, enfim, a destinação que seja possível dos agregados reciclados a partir dos ecopontos. Não é verdade que os resíduos dos ecopontos, eles são só transbordados. Nos aterros inertes contratados pela prefeitura, têm uma obrigatoriedade de reciclagem desses resíduos, e é feita a reciclagem nos aterros inertes. Pode ser que não seja feito ainda, na proporção que a gente queira que seja feita. E a gente quer ampliar isso. O Plano de Gestão, ele tem essa finalidade, de prever um acréscimo da reciclagem dos resíduos da cidade, e é isso que nós estamos buscando com o Plano. Está previsto, no Plano de Gestão Ambiental... O Plano de Gestão prevê 300 ecopontos. Foi feita uma avaliação sobre necessidades muito mais além do que a disponibilidade de áreas, uma necessidade de implantação de ecopontos na cidade, que nem eu fiz um esforço para apresentar isso na reunião passada. Reunião essa em que foi deliberado aqui, pelo Confema, ou ratificado e deliberado sobre... ou aí aprovado sobre a aprovação desse recurso. Então, portanto, estes ecopontos, até onde a gente percebe, dentro do orçamento do FEMA, eles estão previstos, estão planejados, e a nossa intenção... Eu fiz um esforço na reunião passada para mostrar quando é que eles serão enviados. Tem recurso para a construção civil, e tem recurso para desapropriação de áreas. Isso tudo foi amplamente discutido na reunião passada, e a impressão que eu tenho é que foi aprovada a aplicação dos recursos em ecopontos, com recursos do FEMA. Foi isso que eu participei aqui na reunião passada. Então imagino superada essa questão da utilização dos recursos do FEMA para ecopontos e o que nós estamos fazendo aqui hoje, na verdade, é continuar aquela reunião passada apresentando cada um dos ecopontos. Porque também esses ecopontos, eles foram apresentados em detalhe, a quadra em que ele está, qual a disposição, o layout dos equipamentos do ecoponto, uma abordagem mais sustentável desses ecopontos. Todos esses ecopontos nós estamos trabalhando com uma abordagem mais sustentável, com a utilização de resíduos da construção, com uma utilização do ecoponto e convivência na área que está inserido. Quer dizer, todo esse esforço nós fizemos lá na reunião passada para poder dar aos Conselheiros a visão geral. O que a Conselheira Cristina aborda, ela diz respeito a um entendimento, talvez da gestão passada, em que os ecopontos não pudessem... nos ecopontos não pudessem conter a reciclagem lá, in loco, de resíduos. Sobretudo, resíduos volumosos. E é isso que está no nosso plano. No nosso plano, nós vamos resgatar o projeto, a ideia é que a gente dê destinação no ecoponto para que ele também, além dele poder ser um ponto de recepção dos resíduos até o metro cúbico, de construção civil,



resíduos volumosos, do cidadão, para que ele não leve esse resíduo para pontos viciados da cidade, que ele também, de lá do ecoponto, no ecoponto, possa ser feita uma melhor triagem desses resíduos e eventualmente, até a destinação de você ter que levar para a própria unidade de triagem e transbordo. Então é isso, quer dizer, o que eu falei daquela vez, eu repito: É que nós já fizemos uma boa melhora na gestão dos ecopontos na cidade de São Paulo. No passado, existia o fechamento dos ecopontos no período: às 18 horas, ele foi estendido o horário de funcionamento. Aos finais de semana também, eles estão abertos. Nós fizemos, inclusive, a abertura dos aterros que recebem inertes para funcionar de final de semana, para evitar que as pessoas que fazem a coleta de resíduo levem para os pontos viciados. Nós verificamos que esse era um problema, porque como o resíduo de descarte de inertes estava fechado, as pessoas acabam jogando resíduo de forma inadequada na cidade. Muita coisa já melhorou em relação à gestão dos ecopontos. E a nossa intenção, de acordo com o Plano de Gestão, é melhorar muito mais ainda. Agora, não é por esse motivo que ainda não está... diria, 100% de acordo com o Plano de Gestão, e o Plano de Gestão é um plano que é de 20 anos com revisões quadrienais, que a gente não tenha que implantar ecopontos na cidade. Sobretudo pelo fato de que não existindo os ecopontos, muito mais pontos viciados vão existir na cidade. Quer dizer, é essa a tendência. E a nossa expectativa é que a gente amplie o percentual da reciclagem na cidade, com os resíduos coletados nos ecopontos, e destinados nos aterros inertes. Então isso são duas questões que eu diria que elas não são contraditórias. A cidade precisa de ecopontos para resolver um problema ambiental, porque o resíduo disposto nos pontos viciados, eles acabam indo para as bocas de lobo. É o problema de enchente. Quer dizer, dos pontos de alagamento. Por outro lado, vão também para os rios. Acabam poluindo os rios. E ter o ecoponto disciplina o melhor manejo dos resíduos na cidade. Então é isso que eu disse na reunião passada e reitero a importância dos ecopontos e digo que o processo iniciado de melhoria da gestão dos ecopontos, é um processo iniciado. Não é concluído. E ele vai sendo melhorado ao longo do tempo. E o Plano de Gestão, ele contém essas melhorias explícitas. Quer dizer, nós temos, não só em relação aos ecopontos, mas uma das ideias, e eu disse anteriormente, é também que nos pontos viciados, no momento que você coleta o resíduo do ponto viciado, já na coleta, a gente segregue o resíduo para ele ser destinado da forma adequada. Quer dizer, então é o conjunto de ações que o plano de gestão absorve, e que a gente quer incorporar. Agora, reputo a importância da gente ter implantado e aumentado a rede de ecopontos na cidade de São Paulo.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, da Ciranda. Silvano, não tenho a menor dúvida da importância dos ecopontos. Lá na nossa região, a gente pediu o ecoponto. Foi o segundo ecoponto instalado na cidade. E funcionou razoavelmente bem por um período. Mesmo sob a gestão da subprefeitura que é precária. Nós tivemos alguns incidentes. Quero depois sentar com você, e te contar essa história. Porque a gente não está levantando essas questões do nada, Silvano. A gente está levantando porque de fato, o que a gente vê, é estação de transbordo. Então o que a gente precisa... Você está dando uma sinalização extremamente bem-vinda, mas a gente precisa de coisas práticas. Foi feito um aditamento com a SOMA? Eles podem agora... A gente poderia fazer, de novo, o projeto de compostagem que foi abortado pela AMLURB? A própria AMLURB abortou um projeto de compostagem, um projeto de reciclagem de madeira no local, envolvendo escolas. Envolvendo famílias, que não foi aprovado aqui nesta Secretaria, o que também é surpreendente. Por que a gente ia usar o ecoponto? A resistência à utilização do ecoponto para esses fins, é em parceria com a sociedade civil, foi rejeitada pela AMLURB. Eu não vejo uma sinalização de que isso vá mudar. A própria entrega de materiais, eu comentei isso na outra vez, é absolutamente inadequada. Tendo em vista, o objetivo, que é justamente levar os próprios moradores a levar lá, pequenos volumes de material. A gente chega lá, tem aquela caçamba enorme, funcionário fala assim: a senhora joga lá para cima. Eu estou com um saco de entulho de um metro cúbico, e eu tenho que jogar para cima, para jogar na caçamba. Isto está no contrato da SOMA. Se essas pequenas alterações não forem feitas prontamente, as pessoas não vão mais levar lá. Nós fizemos um trabalho muito sério com a comunidade, Silvano, para as pessoas entenderem a importância do ecoponto. E tivemos uma resposta muito positiva. Agora, desde o contrato que foi feito com a SOMA, isso daqui andou para trás. Então o que a gente precisa é uma sinalização imediata. Eu tenho que fazer compostagem lá, sim. Não tem sentido a SOMA ter que continuar levando material... atravessando a cidade, com caminhões lotados de material de poda. Nós estamos em um bairro arborizado, em que os moradores fazem isso. Já falei nisso da outra vez. Não tem sentido a gente ter... tirar de lá material reciclável que poderia alimentar as cooperativas, se não existe uma estrutura para que as cooperativas realmente deem conta desse material. Não tem sentido a gente falar de reciclagem... de mandar o entulho para



o aterro, se a cidade não tem uma usina de reciclagem de entulho. Como você falou. Quer dizer, todas essas virtudes de um ecoponto, a gente conhece. Só que elas não estão se cumprindo por problema de gestão. Então eu sou assim, ardorosa defensora dos ecopontos. Ardorosa defensora. Briguei muito para a gente ter aquele ecoponto lá. Só que a gestão não está cumprindo o objetivo. Então quando eu digo que aqui está dito que é... política de implementação de ecopontos de reciclagem, não acontece. Reutilização, não acontece. E redução de resíduos sólidos, também não acontece. Porque a gente... Isso daqui deveria acontecer promovido pelo ecoponto. O que foi aprovado na outra reunião, foram os projetos. Os projetos são maravilhosos, mas eu não votei na aprovação geral, porque eu acho que depende... A gente não pode aprovar nenhum ecoponto novo sem que, de fato, os que já existem esteja cumprindo esses objetivos. Porque isso é acreditar que vocês vão ter condições, primeiro, de alterar o contrato da SOMA. Não em dezembro quando ele vence. Nós estamos em abril. Nós estamos falando nisso desde sempre. Desde que a SOMA assumiu. A gente não pode perder projetos que cabiam no edital aqui da Secretaria, porque a AMLURB impede que a gente use o ecoponto. Apesar de a gente ter usado em um projeto muito bem sucedido. De repente, não pode mais. Não tem nenhuma sinalização de que vá ser permitido, para a própria concessionária, fazer isso por iniciativa própria. Não deveria precisar da Secretaria para fazer isso. A AMLURB tinha interesse, até porque isso diminui o número de viagens que eles fazem pela cidade. Eles tinham todo interesse. É um projeto barato. É um projeto que nós fizemos com cem mil reais, em um ano. Sessenta mil reais em um ano. Entendeu? Para a SOMA isso é pinto. Sabe? Agora, ela precisa poder. Então para poder, basta alguém sentar e dizer: é verdade. Isso daqui faz parte de gestão. Vamos fazer um aditamento nesse contrato, e a SOMA, imediatamente, implanta lá um projeto de compostagem, de novo. Que aliás, a população reclama. Volta e meia eles aparecem lá: mas não tem mais a compostagem aqui? Eu vou jogar meu material todo no aterro? Então, eu não estou vendo isso, Silvano. Eu entendo toda a sua preocupação, o seu entendimento de que é preciso mudar. Mas eu não estou vendo a mudança. Certo? Então eu não posso, em sã consciência, aprovar mais um projeto, sem que essa mudança tenha, de fato, acontecido. No mínimo, ser testada em alguns ecopontos da cidade. E a outra questão é dos próprios equipamentos. Além disso tudo, quando você fala que a pessoa chega lá e larga, porque não funcionava o horário que acontece agora, é verdade. Melhorou muitíssimo com esse atendimento estendido. Só que as pessoas continuam largando no chão. Porque aquela caçambinha lá, que é para botar material reciclável, não cabe o material. Então todo mundo larga no chão. A caçambona, a gente não alcança. Os volumosos, que eles chamam de inservíveis, não são inservíveis. Não custa nada organizar, uma vez por mês, um brechó para as pessoas irem lá, retirar aquele material para a própria casa. É ofensivo, eu já falei isso, é ofensivo para a população, ver o tipo de material que está lá, largado, e que vai para o aterro. Então nós precisamos ver essa prática. Nós precisamos ver que a gente vai além da intenção. Nós temos lá, a gente acompanha, nós temos colaboradores que fazem esse tour pelo nosso ecoponto. Isso no nosso, mas a gente tem outros na Água Espreada, que é muito mais precário, certo? Para verificar se houve alguma mudança. E não. Não houve. Você esteve aqui faz um mês, um mês e pouco, está bom... pode ser pouco tempo, mas você está dizendo: não, nós vamos fazer isso, nós vamos fazer... Então eu, da minha parte, da minha entidade, enquanto a gente não souber que foi criado um decreto para criar uma usina de reciclagem da prefeitura, de reciclagem de entulho, que enquanto não mudar... não tiver um aditamento nesse contrato da SOMA, eu acho uma leviandade aprovar novos ecopontos. Entendo que tem que acontecer, sou defensora. Mas eu acho que a gente aprovar novos equipamentos sem alteração na gestão, é jogar dinheiro no lixo. Aliás, não é jogar no lixo, que o dinheiro também não sai. Mas em todo caso, a gente teria aprovado uma coisa, leviamente. Um equipamento, leviamente.

Silvano Silvério: Conselheira Cristina, eu diria o seguinte: muitas das coisas que você disse são pertinentes. Mas não posso concordar com todas elas. Quer dizer, cada um tem um entendimento. Dizer que o ecoponto não cumpre uma função ambiental na cidade, eu acho que mesmo com todos os problemas que você coloca, que não são totalmente aplicáveis a todos os ecopontos da cidade. Dizer que ele não cumpre uma função ambiental eu acho que não é verd... assim, na minha avaliação, é equivocada. O ecoponto cumpre uma função ambiental muito importante. Você pode verificar a quantidade... Eu apresentei aqui na reunião passada, a quantidade de resíduos de construção civil, que foram coletados nos ecopontos, e destinados no aterro de inertes, e uma boa parte deles, reciclados. E a quantidade de pontos viciados evitados na cidade, que provavelmente, teriam uma destinação inadequada, do ponto de vista ambiental. Poderiam ir para os rios, para os



córregos, está certo? Quer dizer... Então assim, é reduzir muito o papel e a função dos atuais ecopontos da cidade.

Cons. Cristina Antunes: Desculpe, Silvano. Eu não falei que não cumpre a função ambiental. Cumpre essa função, mas não cumpre isto que está justificando o dinheiro.

Silvano Silvério: Não, pois é. Mas deixa eu continuar. Cumpre também. Não, mas cumpre também. Ainda na situação que eles estão. Eles cumprem, porque eu tenho colega de resíduos recicláveis secos, nos ecopontos. Eles são triados. Não no percentual que deveria... Também concordo que é pertinente. Mas eles cumprem uma função importante. E eles cumprem uma função importante do ponto de vista ambiental. O que a gente tira de resíduos dos córregos, dos cursos, é muito grande. Quer dizer, basta ver a quantidade dos resíduos que foram para o aterro de inertes, que em um determinado momento, mesmo que eles não estejam sendo reciclados, eles... os aterros de inertes, eles têm uma função de depósito, que em determinado momento, eles podem voltar para a cadeia... Quer dizer, ele está no aterro de inertes, se ele ainda não foi reciclado, mas ele pode ser reciclado a qualquer momento. O aterro de inertes, ele tem uma função de reservação. Então ele tirou do rio esse resíduo, ele está sendo destinado para um depósito. Ele pode ser reciclado e reutilizado em qualquer... Como agregado, como lastreamento de vias... Então assim, eu considero que os ecopontos cumprem a função que está prevista no ecoponto. Eles podem não cumprir com o potencial máximo que podem cumprir. Isso eu concordo com você. Mas que ele cumpre a função da reciclagem, da reutilização, ele cumpre. Ele pode não cumprir de forma integral. No limite da sua potencialidade. Agora, o que eu disse também naquele outro dia, e te convidei para fazer uma reunião, mantenho o convite. Se você quiser marcar uma ida à AMLURB, te receberei com grande prazer, e a gente conversa sobre esse projeto. Eu já pedi para pegar aquele projeto que é da INOVA, até... Não, é da SOMA. O projeto da SOMA, que eles apresentaram lá. Pedi para resgatar aquele projeto, para utilização... para reciclagem dos resíduos, ou reutilização dos resíduos da construção civil, e eu tenho interesse de ver... agora, de fato, um mês é muito pouco tempo que você me dá, Cristina. Porque nesse período, nós já aprovamos o Plano de Gestão para a cidade inteira. Nós estamos agora, em vias de inaugurar duas centrais mecanizadas de resíduos, de secos, e que está nos dando um trabalho muito grande. Vamos inaugurar agora, provavelmente, dia 5 de junho, duas centrais mecanizadas. Vai triplicar a quantidade de resíduos manejados por meio dessas centrais mecanizadas. É um trabalho muito interessante. Nós estamos muito dedicados nesse momento, para isso. E nós vamos retirar esses... muda... a gente... Hoje em dia, a gente maneja as centrais de cooperativas, os galpões, 250 toneladas/dia. Até 5 de junho, inaugurando, a gente vai ter capacidade de manejar, já, 750 toneladas/dia, que é o que a gente vai deixar de levar para os aterros sanitários. A gente está tirando esses resíduos dos aterros sanitários. É uma ação extremamente importante. Nós estamos criando um fundo específico, que vai permitir que esse recurso da comercialização vai poder reincluir novos catadores, e triar mais resíduos. Então o que eu diria, é assim: esse projeto da SOMA, eu pedi para resgatar, inclusive. Nós vamos analisar. Queria que você fosse lá, para a gente discutir. No plano de gestão de resíduos, está o aumento da reciclagem dos resíduos da construção civil, também dos ecopontos. Nos pontos viciados. E está prevista a logística reversa porque esse resíduo que vai para o ecoponto, que são móveis antigos, e também para os pontos viciados, o setor privado tem que ajudar a montar programas específicos, prevendo que cada uma das subprefeituras tem pelo menos um local, além dos ecopontos, um local de receptação dos volumosos que as empresas de móveis colocam no mercado. Eles têm que colocar. Isso já está pactuado com eles, inclusive a implantação de cada uma dessas unidades. E muita coisa: a parte dos orgânicos está no plano também. A previsão é que a gente consiga implantar, até 2016, 8 unidades de compostagem, utilizando os resíduos de feira, e também podem ser colocados resíduos de feira, com certeza, de poda das subprefeituras, e que os municípios vão poder levar também, para essas localidades, são 8 unidades na cidade, até o final desse ano a gente pretende implantar. 2 já vão estar operacionais, aí sim, pelas concessionárias. Então a nossa... A gestão dos resíduos e o Plano de Gestão contemplam um conjunto de iniciativas, Cristina. Não está colocado prioridade para compostagem nos ecopontos. Porque você teria que ter uma área que seria destinada, mas nós estamos entregando outras áreas para compostagem. E até o final de 2014, nós queremos implantar pelo menos duas. Duas unidades de 50 toneladas/dia, que já vai conseguir pegar os resíduos em torno de 300 feiras, aproximadamente. E mais resíduo de poda das subprefeituras. Até o final de 2016, são 8 unidades de compostagem, 50 toneladas/dia, para as 880 feiras da cidade que vão... Nós vamos deixar de levar esse resíduo que vai hoje para aterro, para a compostagem. Um **adubo** extremamente limpo, já



testado, funcionando muito bem, e aí, nessas localidades, o cidadão pode levar o resíduo de poda com toda certeza. Mas eu peço que você, se não fez, Cristina, que possa dar uma lida no Plano de Gestão, e a gente... pedi para resgatar esse projeto da SOMA, para a gente fazer uma... a reinclusão dele. Os ecopontos atuais, eles já foram remodelados. Esse aqui que a gente vai construir, o funcionamento, ponto de disposição, também teve uma pequena remodelação. A gente quer remodelar mais ainda. Então as contribuições todas que você puder colocar, passamos a incorporar nos próximos, se elas forem... Nós temos arquitetos. Vocês viram aqui que a Salete veio aqui apresentar. Nós já modernizamos muito. Nós já melhoramos muito esses novos ecopontos. Eles já estão em uma nova versão. Nós estamos estudando os resíduos recebidos ou recebíveis nos ecopontos também, para poder melhorar porque o cara leva, hoje em dia, um isopor, ou leva um gesso ou um amianto, a gente não permite entrar, mas o cara deixa lá, do lado. Então agora isso tudo, Cristina, eu queria dizer que a gente não faz com... assim, muito rápido. Isso demora certo tempo. Acho que o Plano já é uma grande sinalização de mudança. Nós estamos pretendendo já começar a fazer o fornecimento de composteiras. Um piloto que nós vamos fazer na cidade a partir de maio, são 2 mil composteiras que nós ceder para os domicílios, e testar com assistência técnica, e testar essa forma de retenção in situ, dos resíduos nos domicílios. Vamos fazer outro piloto, provavelmente a gente deve colocar esse piloto... submeter esse projeto ao FEMA, para poder testar composteiras em grandes condomínios, outros tipos de composteiras de maior... E fazer um piloto acompanhado para dar... fazer o manejo dos resíduos orgânicos. E a nossa intenção também é, no final de 2015, começar a fazer coleta de orgânicos, a coleta seletiva de orgânicos para disposição em unidade de compostagem. Então têm muitos avanços. Agora, seja menos cruel conosco, um pouquinho em termos do tempo e da coisa para fazer. Mas eu estou à disposição. Se você quiser ir lá discutir conosco, até contribuir com o manejo dos ecopontos, dos novos ecopontos, que não foi ainda melhorado, o que a gente puder melhorar... Mas eu acho que esses ecopontos, eles cumprem função importante. Em que pese a sua avaliação de que eles não cumprem a função da reciclagem, e reutilização, na sua potencialidade máxima, está certo? Quer dizer, acho que eles são muito importantes para a cidade.

Cons. Cristina Antunes: Silvano, nós somos parceiros. Quer dizer, não tem a menor dúvida que a sociedade civil, como um todo, tem todo o interesse. E eu concordo com tudo o que você colocou. A potencialidade dos ecopontos é muito maior do que o que está sendo explorado. Agora, você fala: não, vai ter outro procedimento para reciclagem de entulho. A prefeitura... Qualquer prefeitura que se preze tem que ter, pelo menos, uma usina de reciclagem de entulho. Isso precisa ficar claro para a população. A questão do manejo do material dentro do ecoponto, eu tenho uma proposta. Eu vou, sim, marcar com você. Na verdade, eu vou fazer o contrário. Eu vou te convidar para vir à nossa sede. Que aí a gente vai lá no ecoponto. Para reativar um projeto que vai dar essa visibilidade para os moradores, de que: ah, então espera aí, então alguma coisa mudou neste horizonte. Então a gente pode, sim, discutir. Outra vez, eu não estou, em nenhum momento, questionando a utilidade do ecoponto. Muito pelo contrário. Agora, eu acho que, para a sociedade, tem que ficar muito clara essa tua intenção... Intenções, na verdade, só são críveis quando se materializam. Então a gente precisa ter alguma coisa concreta para poder mostrar. E outra vez, somos parceiros. Esse projeto que você falou, de compostagens domiciliares com acompanhamento, esse eu votaria aqui, de olho fechado. Porque é um projeto. Agora, instalação de equipamentos, que é a primeira parte da minha conversa, implantação de equipamentos, eu continuo entendendo que é responsabilidade da prefeitura, e para isso existe orçamento, e para isso a gente paga imposto. Então, eu entendo que não cabe ao Fundo patrocinar instalação de equipamentos públicos. Nem desapropriação, nem instalação de projeto arquitetônico, nem nada. Eu acho que isso daqui deveria ser feito com recurso da própria Secretaria. Os projetos que você vai desenvolver lá, acho que, certamente, caberiam na missão. No conceito de uso da verba pública, de um Fundo Especial como este nosso. Mas agradeço muito a tua explicação. E fico muito otimista. A gente vai consolidar esse otimismo quando você vier tomar um café com a gente, e vai ser legalinho. A gente vai conversar.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens.

Cons. Alexandre: Só uma colocação também.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Desculpe.



Cons. Alexandre: Alexandre. Em relação a tudo que foi exposto também, reforço a importância do ecoponto. Tenho algumas divergências em relação à Cristina, porque não vejo problema... No caso aí, dos equipamentos, da implantação com recursos do Fundo. Mas a minha preocupação maior é porque... Silvano, da outra reunião que você veio para essa, a questão da receita disponível do FEMA mudou. Então nós não temos mais a receita disponível inicialmente. E nós ainda não fizemos, a Secretaria ainda não fez o replanejamento. Nós ainda não temos noção do total disponível, e dos projetos previstos, das metas todas aí, associadas da gestão própria, associadas ao Fundo, como que a gente poderia redistribuir isso. Então eu, pessoalmente, não me sinto em condições, nesse momento, de decidir pela utilização de recursos... na verdade, de nenhum dos recursos, por conta dessa nova reorganização. Nós só temos previsto, de fato, a verba para manutenção e segurança dos parques. Que aumentou a porcentagem aí, que toma quase 90% dos recursos do Fundo. Então, nesse momento, eu não me sinto em condições de decidir da utilização dos recursos, enquanto não houver um novo planejamento, do montante total dos recursos.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Só em relação a esse assunto, já que a gente voltou nele, é uma coisa acho que importante de dizer, que em relação ao que se gastava o ano passado com manejo, aumentou, para esse ano, 70%. Em relação à vigilância, teve um aumento de 80%. Então assim, é algo... Não é... A gente fica com essa visão de que a prefeitura não deu dinheiro suficiente. Primeiro que a gente passa por uma série de problemas. Eu acho que independente disso, os ecopontos estavam previstos desde o início. Antes de qualquer manifestação de problemas, os ecopontos estavam previstos para cá, por uma questão de característica do projeto. A manutenção dos ecopontos não vai ser feita por aqui. A manutenção dos ecopontos, a gestão, vai ser feita pela Secretaria de Serviços, então assim, ela entrava de acordo com os preceitos do Fundo. Mas em relação ao valor da manutenção e da vigilância, é um problema que aconteceu agora, que os contratos acabaram, e aí se fez novos contratos que estavam acontecendo, que estavam sendo prorrogados de 3 em 3 meses, que a gente acompanhou, e agora a gente tem novas licitações que são um problema, um aumento extraordinário e a gente está vendo como a gente lida com isso em relação a uma otimização de recurso. Mas a gente... Isso não está fixado. A gente está tentando rever esses valores.

Cons. Sônia: Só um esclarecimento. Esse percentual de aumento é devido a quê?

Cons. Bianca: A Mônica pode falar melhor. Mas é porque os contratos, eles eram antigos. Eles eram de 5 anos atrás. E aí as empresas não quiseram mais fazer prorrogação. E aí foi necessário fazer novas licitações. E aí têm uma série de mudanças, de... você quer falar, Jairo? Quer falar agora?

Jairo Galera: Isso.

Bianca: Pode falar.

Jairo Galera: Jairo, DAF- SVMA. Na realidade, é o seguinte: esses contratos são antigos, já vinham defasados porque o custo operacionalização deles, na época da licitação, foi um. A partir do ano seguinte, começa a ter defasagens de todas as maneiras e em todas as áreas. Uma das preocupações maiores, que gerou muito mais problemas para nós com relação a valores, foi a instituição do IPC-FIP de reajuste. O IPC-FIP todos sabem, ele é baseado em uma série de itens de comércio. Alimentação, vestuário, uma série de coisas aí e que não pensa na... ele não inclui mão-de-obra. No índice IPC-FIP, você não tem reajuste, você não tem dissídio coletivo incluído. Hoje, o IPC-FIP, ele deve estar girando em torno de 5, 6% aí, de correção ao ano. Só o dissídio coletivo de algumas empresas, dessas que prestam serviço, chegou a 8, 9%. Então essa defasagem está gerando todo esse problema. A partir do momento em que você faz uma licitação nova, e você tem que contratar e pagar o que está se pedindo, realmente os valores subiram astronômica. Então essa dificuldade a gente está tendo. A vigilância é um pouco maior ainda. Porque a vigilância, no final do ano passado, o Tribunal Federal concedeu um índice de 12% a respeito de insalubridade, de uma série de outras coisas. E que isso está incidindo em todos os nossos contratos. O valor chegou a 30%. Se recolher é 12, então estamos devendo 18.



Cons. Bianca: Isso vale para a prefeitura toda. Esse problema a gente está tendo na licitação de vigilância, de escola... Isso é um problema...

Jairo Galera: É generalizado. Bom, esse custo, hoje, está incidindo em cima de todos os nossos contratos. Está aí essa diferença, aí. Com relação ao valor dos ecopontos, está orçamentariamente apontado. Se está orçamentariamente apontado, nós temos que ter o recurso para tocar. Enquanto estiver no orçamento, nós temos que ter o recurso para tocar. Ah, mas eu não tenho financeiro. Secretaria de Finanças vai se virar em 10, 12, e vai ter que por o dinheiro à disposição.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Eu realmente fiquei muito impressionada com o volume do valor para manuseio e segurança que está reservado dentro dos recursos do FEMA. E isso realmente, eu, nas próximas reuniões, gostaria de ir esclarecendo. É por isso que eu pedi para esse planejamento de esclarecimento. Os ecopontos, para mim, eu concordo com a Bianca. Eu acho que casa com a proposta do Fundo Especial, e eu sou totalmente a favor da instalação dos ecopontos. A manutenção e segurança, realmente, para mim ainda... e esse acréscimo de **73%** agora, eu fiquei mais zozna ainda. Então eu acho que é uma coisa que a gente pode ir esclarecendo. Mas realmente, para mim é uma dificuldade nesse sentido.

Silvano Silvério: Silvano. Eu só queria fazer um esclarecimento. Eu queria dizer aos Conselheiros e às Conselheiras, é importante a gente ter a discussão disso aqui e a votação. Por quê? Porque... Mais em relação ao Alexandre. A questão do planejamento. Porque esse é o recurso de 2014. Se a gente não... Que ainda tem licitação para fazer, tem construção, e tem um conjunto de outros ecopontos que nós estamos, nesse momento, fazendo projetos e avaliando. E é o recurso 2014. Nós fizemos um planejamento muito cuidadoso com o Rubens, que esteve lá conosco também, para a gente... e com os subprefeitos, para gastar esse recurso 2014. E quanto mais demora o tempo para a gente discutir... eu não estou dizendo que tenha pertinência, as preocupações, corre o risco de não gastar. E não gastando, é um recurso que é jogado para 2015. Então, é, de fato, importante. Os projetos estão prontos. É possível licitar. Mas cada tempo que a gente demora, é um tempo que a gente pode perder.

Cons. Alexandre: Alexandre. Eu entendo, Silvano. Mas talvez fosse prudente aguardar mais um pouco esse replanejamento, porque dentro das rubricas existentes aí no Fundo, e das metas da administração, o recurso disponível não dá. Não dá para fazer ecoponto, as partes de educação ambiental, a questão das ciclovias, enfim, outras, que eu não lembro todos de cabeça. Mas não dá. Os 20 milhões disponíveis não dão para tudo. Então talvez fosse o caso da gente repensar quais são as prioridades. Eu ainda... Eu considero ecoponto importante. Não estou desmerecendo isso, de forma nenhuma. Mas reorganizarmos, antes de aprovar, até talvez, para ver se sai mais coisa do orçamento, por exemplo, para a parte de manutenção e segurança.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Galera.

Jairo Galera: Só uma retificação. Não foi 73% de aumento, não. Nós tivemos, do ano passado para esse ano, nós pulamos de 120 milhões, mais ou menos, manejo e vigilância, para 140 para 2014. Então um pouco mais de 10,12% aí.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens, com a palavra.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, vamos à votação. Bianca... Agora acertei.

Cons. Bianca: Só para avisar você, Alexandre, que a gente está fazendo um processo. Esse processo de readequação vai demorar um pouco. Só para você ter claro isso, que talvez demore uns dois meses, pelo menos. Porque a gente está fazendo readequação. Por exemplo, ciclovias, a gente está vendo se a gente passa para outro Fundo, então não é necessariamente que as coisas que estão ali não vão acontecer. Talvez elas não aconteçam necessariamente no FEMA. A gente está buscando dinheiro no governo federal, a gente está fazendo uma série de... Contratando gerenciadora para conseguir fazer toda a parte burocrática, que é muito forte da Caixa, para conseguir dinheiro do governo federal. Então a gente está buscando outros espaços.



Cons. Cristina Antunes: Falo até assim, em tom meio de humor, humor negro, mas saiu essa semana no jornal, que três membros do Conselho de comercialização de energia elétrica saíram do Conselho, porque o Conselho, como um todo, aprovou uma verba descomunal para suportar os subsídios... para aumentar os subsídios para as elétricas. Por conta de toda crise, não sei o quê, parará... Eles deixaram, com medo de sofrer um processo de gestão de risco. Então, eu estou falando isso, porque desde que começou esse monte de projeto, eu falei assim: a gente tem uma responsabilidade com isso. É o que o Alexandre está dizendo, assim: a gente aprovar isso agora, sabendo que neste momento não tem recurso para isso, e que tem uma perspectiva real de aumento nos contratos de manejo, acho que seria realmente uma leviandade. Eu vou, outra vez, acompanhar... dessa vez, acompanhar os Conselheiros da Câmara de comercialização de energia elétrica. Eu vou votar contra.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, colocamos em votação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Colocamos em votação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, vamos lá. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação, perguntando no aspecto positivo, a aprovação da implantação do ecoponto Parque do Carmo, nas condições como lidas no relatório, permaneçam como estão. Então nós temos três votos a favor...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Quatro. Quatro.

Secretário Executivo Rubens Borges: Quatro votos. O Cruz está aqui, desculpe. Quatro votos a favor e dois votos contra. Então foi aprovado. Então, seguindo a pauta, deixa eu me achar aqui, então é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária, ecoponto Montalvânia. Processo 2012.0.258.243-1. Então conforme combinado, eu vou ler a introdução e a conclusão, porque o enquadramento, ele se repete. Então a proposta é implantação do ponto de entrega voluntária, ecoponto Montalvânia, com finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, e objetos volumosos, da subprefeitura de São Mateus, é isso? Processo 2012.0.258.243-1. Proponente, Secretaria Municipal de Serviços, AMLURB. Valor - R\$ 251.992,43. Análise e avaliação da proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana solicita análise de proposta, visando a implantação do ponto de entrega voluntária, denominado ecoponto Montalvânia, localizado às ruas Ana Santesso, contígua com a Avenida Aricanduva. A proposta vem acompanhada do ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura de São Mateus, juntada sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA, CTLU 103/2008. Sob folhas 47 a 61 constam o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folhas 68 a 76, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada no dia 28/3, que trata da ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Então vem o enquadramento, e a conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação: os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a favor, e dois votos contra. O terceiro item é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária do ecoponto Vila Rica. Processo é 2012.0.258.261-0. Proponente, é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor da proposta, R\$ 216.752,57. Análise da proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana, AMLURB, solicita a análise da proposta, visando a implantação do ponto de entrega voluntária, denominado ecoponto Vila Rica, localizado na Rua Gonçalo Andrade e Rua Jorge Mamede da Silva. A proposta vem acompanhada do ofício, disponibilizando a área municipal pela subprefeitura da Freguesia/Brasilândia, sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente de



que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU, 103/2008. Sob folhas 60 a 74, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos, e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folha 81 a 89, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA realizada em 28/3, sobre a implantação de ecopontos na cidade de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão de Avaliação. Então, os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por 4 votos a favor, 2 votos contra. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária ecoponto Caraguatá. Processo 2013.0.153.228-9. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor: R\$ 239.821,30. Análise da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita análise da proposta visando a implantação do ponto de entrega voluntária, denominado ecoponto Caraguatá, localizado na rua José Pereira da Cruz, 487, com Rua Eusébio Mário da Silva. A proposta vem acompanhada de ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura do Ipiranga, juntada sob folhas 2 a 3 dando formalidade à legislação vigente, e que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU 103/2008. Sob folhas 26 a 40, consta um memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Em folha 47 a 55, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3/2014, sobre a ampliação de ecopontos da cidade de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Alexandre, vota a favor dessa? Então quatro votos favoráveis, dois votos contra. Está aprovado. Próximo é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária, ecoponto Vila das Mercês. Processo 2013.0.153.231-9. Proponente, Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor, R\$ 206.464,20. Análise e avaliação da proposta: então a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita análise da proposta, visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Vila das Mercês, localizado entre as Ruas Chafic Ganem e Rua Dom Vilares. A proposta vem acompanhada de ofício juntado a folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, e que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU 103/2008. Sob folhas 26 a 40, consta memorial descritivo, e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folhas 47 a 55, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3, sobre a implantação de ecopontos na cidade de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída as despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 16 de abril, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovado por quatro votos a favor, dois votos contra. O próximo é apreciação e deliberação sobre implantação de ponto de entrega voluntária, ecoponto Mãe Preta. Processo 2013.0.162.745-0. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor: R\$ 308.257,78. Análise da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana solicita análise da proposta, visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Mãe Preta, localizado na Avenida Fernando Figueiredo Lins. A proposta vem acompanhada de ofício, disponibilizando a área municipal pela subprefeitura do Itaim Paulista, juntado sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU 103/2008. Sob folhas 29 a 50, consta um memorial descritivo, e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos



sólidos, e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folhas 52 a 60, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/2/2014, sobre ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovado por quatro votos a favor, dois votos contra. Apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária ecoponto Jardim Antártica. Processo 2013.0.200.113-9. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor da proposta: R\$ 222.049,98. A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita análise da proposta, visando a implantação do ponto de entrega voluntária, denominado ecoponto Jardim Antártica, localizado na Rua Dom Aquino, altura da Avenida Francisco Machado da Silva. A proposta vem acompanhada de ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura da Casa Verde, juntada sob folhas 23 e 24, dando formalidade à legislação vigente de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU 103/2008. Sob folhas 42 a 57, é apresentado o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos, e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folhas 64 a 72, seguem a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3/2014, sobre ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, temos quórum para votação? Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por quatro votos a favor. Por unanimidade. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre implantação do ponto de entrega voluntária ecoponto Vila Mariana. Processo 2013.0.272.224-3. Proponente, Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. Valor: R\$ 208.945,22. Análise da avaliação, e avaliação da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita análise da proposta, visando a implantação do ponto de entrega voluntária, denominado ecoponto Vila Mariana, localizado na Rua Afonso Celso com Rua Maurício Francisco Klabin. A proposta vem acompanhada de ofício, disponibilizando a área pela subprefeitura de Vila Mariana, juntado sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução SEMPLA/CTLU 103/2008. Sob folhas 28 a 42, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos, e no plano de gestão integrada de resíduos sólidos de São Paulo. Em folha 49 a 57, segue a apresentação realizada em plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3/2014, sobre ampliação de ecopontos na cidade de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratos de serviço de manejo. Aí eu entro em outros assuntos, agradeço a presença do presidente da AMLURB, o Silvano. Obrigado. Bom, então a gente passa à votação dos projetos apresentados pela Secretaria do Verde. Então é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de manejo e conservação do grupo de parques do Piqueri. Processo 2013.0.013.041-1. Proponente, SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 1.107.333,16. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação pelo período de 6 meses, do serviço de manejo, manutenção e conservação de parques que compõem o grupo de parques Piqueri, composto pelos parques Chácara das Flores, parque Chico Mendes, parque Raul Seixas, e parque Santa Amélia, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. Conforme especificações técnicas gerais, de folhas 14 a 34. Em folha 169, foi juntada a solicitação de DAF G,



para utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o custeio do processo licitatório com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para conservação e manutenção dos parques públicos. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral nos termos do artigo 132, inciso 1 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF às folhas 169, com relação à necessidade de realização de manutenção e preservação de áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para realização da proposta apresentada, folha 157. Em folha 152, encontra-se encartado o cronograma de desembolso para suportar a nova contratação. Assim sendo, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, às folhas 158 a 168, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes, para prorrogação do presente contrato. O enquadramento: com base no parecer da PGM, junto sob folhas 138 a 168, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que determina explicitamente, que os recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria, e/ou recuperação da qualidade ambiental. Ainda preconiza o parecer que o próprio CADES, no exercício de atribuições previstas no artigo 32 da lei 14807, de 2009, em artigo 6º e 35, inciso 1 do decreto 52.153 de 28/2/2011, estabeleceu, entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, a expansão, manejo e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.157.333,16, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 16 de abril, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então só lembrando, eu li esse parecer na íntegra, porque é outro objeto. É o de manejo e conservação de parques. E os próximos, eu leio a introdução e a conclusão. Então vamos à votação: os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então nós temos três votos a favor, dois votos contrários. Então está aprovado.

Cons. Sônia: Eu só gostaria de fazer uma observação para todos os próximos votos que eu vou fazer contra...

Secretário Executivo Rubens Borges: Só se identificar.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Eu acredito na necessidade de manutenção e segurança dos parques, e dessa necessidade da Secretaria do Meio Ambiente. Eu só acho que não está esclarecido o volume destinado a essa rubrica dentro do orçamento do FEMA, assim como não está esclarecido esse percentual de acréscimo desse custo. E como também não está esclarecido a transparência de orçamento desses contratos. Obrigado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está certo. Então está justificado o voto. Obrigado, Sônia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só uma... Toda vez que eu ouço essa palavra, fica assim, no ar. Gostaria que você, por gentileza, explicitasse quando você citou a transparência do orçamento.

Cons. Sônia: Eu até estava comentando isso com a Bianca, porque eu solicitei próximas discussões sobre esse assunto, porque eu entendi que essa reunião tinha pautas importantes para serem encaminhadas, mas eu trabalho com orçamento, sou economista, e para mim, um orçamento... ele



está... talvez um orçamento de verba pública seja um pouco diferente, por isso que eu quero entender, mas um orçamento onde me falam que têm 20 milhões disponíveis, e eu não consigo achar esses 20 milhões nesse resumo, onde a lista de projetos e a soma dos projetos que estariam previstos não bate com o valor total aqui estabelecido na tabela. Para mim, um orçamento onde os números não batem, e onde o saldo disponível em conta corrente conciliado, não está de acordo com o que tem de previsto, mais a realizar, e previsto a entrar, para mim, isso é básico. Financeiramente falando. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, justificado o voto da Conselheira Sônia, a gente passa para o próximo ponto de pauta que é apreciação e deliberação sobre contratos de serviço de manejo e de conservação do Parque do Ibirapuera. Processo 2013.0.178.398-2. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 7.516.375,41. Análise da proposta: trata o presente processo, de nova contratação, pelo período de 12 meses, de serviços de manejo e manutenção, e conservação do Parque do Ibirapuera, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, conforme especificações técnicas gerais de folhas 12 a 45. Em folha 133 foi juntada a solicitação de DAF G, para utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o custeio do processo licitatório, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para conservação e manutenção dos parques públicos. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Então vamos à conclusão, conforme combinado. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA... desculpe, para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 7.516.375,41, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Esse valor é referente ao exercício de 2014 e 2015, de acordo com o cronograma juntado em folha 117 do processo. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que aconteça preferencialmente por dotação própria. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 16 de abril de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação.

Jairo Galera: Jairo Galera, DAF. Antes que a gente resulte em um mal entendido, esses 7 milhões aí é para abertura do processo. É licitação nova. É um contrato novo. Está previsto naqueles 56 milhões que a gente passou para vocês, e 900... Está previsto o recurso até 31/12. Como é uma licitação nova, eu tenho que ter aprovação do total para a gente poder tocar o processo. Mas a reserva... A hora que eu for fazer reserva, vai ser proporcional até 31/12. E possivelmente, como a licitação vai entrar agora, e pode ser aberta daqui a um mês ou dois, a gente não sabe, o recurso que irá ser utilizado é somente a partir da assinatura do contrato. Ou seja, desses 7 milhões aí, provavelmente esse ano, a gente vai gastar 1,5 milhão, 2 milhões aí, no máximo. Mas eu sou obrigado a pedir autorização para o valor total, para evitar que eu tenha problemas lá na frente.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então está aprovado por três votos a favor e dois votos contrários. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de manejo e conservação do grupo de parques Tiquatira. Processo 2013.0.182.234-1. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 2.174.352,62, sendo o valor estimado para o presente exercício, R\$ 1.673.953,68 e R\$ 500.398,94 para 2015. Análise da proposta: trata o presente processo de nova contratação, pelo período de 365 dias, dos serviços de manejo, manutenção e conservação de parques que compõem o grupo de parques do Tiquatira, composto pelos parques linear Tiquatira, Parque Vila Sílvia, Parque Lajeado, Parque Linear Guaratiba, e Parque Jardim Primavera, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, conforme especificações técnicas de folhas 12 a 27. Em folha número 88, a CAV já deliberou sobre a proposta de utilização de recursos do FEMA, e os recursos previstos para o exercício de 2014 não foram utilizados: R\$ 21.583,64. Diante da solicitação de DAF G, recomenda que seja aprovada a diferença dos recursos, que importam no montante de R\$ 1.352.768,98, obedecendo o



cronograma de folhas 288. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.174.352,62. Sugerindo que o valor a ser aprovado deverá ser no montante de R\$ 1.352.768,98, tendo em vista que o CONFEMA já deliberou recursos na resolução 080/CONFEMA/2013, juntado sob folha número 90, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Esse valor é referente ao exercício de 2014 a 2015, de acordo com o cronograma juntado em folhas 288. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que aconteça preferencialmente por dotação própria. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 16 de abril de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheiro Alexandre.

Cons. Alexandre: Um comentário que me... Lembrando que... dos parques, nesse caso são da zona Leste, que eu conheço um pouco melhor, e da necessidade de pensar em outros projetos que não só a manutenção, porque esses parques têm uma estrutura... Alguns deles, têm uma estrutura extremamente precária. Por exemplo, o Tiquatira não tem energia elétrica. O Linear Guaratiba, até por questões da comunidade, está com vários déficits de infraestrutura. Por quê? Por causa de depredação, ou por conta de vários fatores aí, ao longo do tempo. Só a manutenção... A manutenção é necessária, mas só a manutenção é manter ele meia boca. Ele com potencial muito aquém do que ele teria de fato. Além disso, os parques também faltam funcionários. Além dos funcionários aí, terceirizados, de limpeza e manutenção, tem parque que só tem gestor e alguns estão sem gestor também. Então é possível, além da proteção ali, aos recursos naturais imediato, qualquer outra atividade de educação ambiental é inviabilizada. Porque o parque não tem infraestrutura, não tem funcionário. Então só a manutenção é muito pouco. Por isso que a gente precisa planejar todo o recurso do fundo para considerar reformas emergenciais, não estou falando de grandes reformas, não estou falando de novos parques. Mas só manter aberto dessa forma, é muito pouco. Acho que a gente pode e deve ir muito além.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Algum comentário, não? Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos três votos a favor e dois contrários. Está aprovado. Próximo ponto de pauta: apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de manejo e conservação do Parque do Carmo. Processo 2014.0.056.321-2. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 3.436.374,50. Análise da proposta: trata o presente de processo licitatório visando a contratação, por 12 meses, de serviços de manejo, manutenção e conservação do Parque do Carmo, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene de sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 6 a 33. Conforme manifestação de DAF G, de folhas número 70, a presente proposta tem por objetivo, solicitar a utilização de recursos do FEMA para abertura de nova licitação, para o manejo e conservação do Parque do Carmo. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, de que é possível utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora apresentada, perfazendo o total de R\$ 3.436.374,50. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Esse valor é referente ao exercício de 2014 e 2015, de acordo com o cronograma juntado em folhas 49. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que aconteça preferencialmente por dotação própria. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 2 de abril de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por três votos favoráveis e dois contrários.

Cons. Sônia: Rubens, só uma observação.



Secretário Executivo Rubens Borges: Pois não.

Cons. Sônia: O Jaime fez aquele esclarecimento sobre a verba do Ibirapuera, e aqui no Tiquatira, está explícito assim: sendo o valor estimado para o presente exercício R\$ 1.675.000,00. Dos R\$ 2.174.000,00. Aqui nesse, está explícito. E no Ibirapuera não está explícito...

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. São casos diferentes. O Ibirapuera é um novo processo. É uma nova contratação que vai pegar 2014 e 2015. Esse aí, ele passa para 2015, mas o do Tiquatira é o que aprovou valor... Espera aí. Deixa eu voltar nele, aqui. Ele não está especificado. A Comissão não especificou os valores de 2014, 2015.

Cons. Sônia: Isso. Exatamente.

Secretário Executivo Rubens Borges: Talvez tenha ficado...

Cons. Sônia: Nem no do Carmo, nem do Ibirapuera...

Secretário Executivo Rubens Borges: Se bem que na introdução, se você ver ali no valor total, está sendo o valor estimado para o presente exercício, R\$ 1.673.000,00, e para 2015, R\$ 500.398,00.

Cons. Sônia: Então, isso que eu estou falando: só tem isso no Tiquatira. Nos outros, não. Eu não entendi o porquê.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. A Comissão não observou... Porque aí, a Comissão é um outro órgão que faz a análise do projeto. Então eles não observaram...

Cons. Sônia: É. Porque o próprio Jaime chamou a atenção para esse fato. E aqui no Tiquatira está explícito.

Secretário Executivo Rubens Borges: Os processos estão à disposição caso alguém queira consultar. Então após o término da reunião, se você quiser dar uma olhadinha. Mas ele já foi votado, inclusive.

Cons. Alexandre: Talvez uma recomendação para que, se possível, nos próximos pareceres constar isso também. Facilita.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. Carmo já foi. Desculpe. Então vamos ao grupo Sul. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques do grupo Sul. Processo 2013.0.164.017-0. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total da contratação, R\$ 5.514.913,82. Análise da proposta: trata a presente proposta de solicitação de recursos do FEMA para abertura de processo licitatório visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais que integram o grupo Sul, formado pelos parques Guarapiranga, Eucaliptos, Nabuco, Santo Dias, Severo Gomes, Cordeiro e Alfredo Volpi, conforme especificações técnicas gerais de folhas 3 a 32. Em folha 89, foi juntada a solicitação de DAF para utilização de recursos do FEMA para o custeio de contrato. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, com relação à necessidade da deliberação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 5.514.913,82 para contratação de serviços por 12 meses, contemplando o presente exercício até o mês de março de 2015, conforme cronograma constante em folha 64, atendendo a legislação da licitação. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado às folhas 76 a 88, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Enquadramento das diretrizes... eu estou lendo integralmente porque é um outro objeto. Eu esqueci de avisar anteriormente. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora



apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se principalmente a apoiar, entre outros, o controle, a fiscalização e defesa do meio ambiente. Ainda preconiza o parecer que o próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14887 de 2009, artigo 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, estabeleceu, por meio da resolução 165/CADES/2014, entre as diretrizes para utilização dos recursos do FEMA, a proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes e parques urbanos, lineares e naturais. E fortalecimento do sistema de fiscalização e controle da SVMA e SMSU. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 5.514.913,82, sendo R\$ 3.928.431,76 para o exercício de 2014. E R\$ 1.586.482,06 para o exercício de 2015, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que aconteça preferencialmente por dotação própria. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 2 de abril de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos três votos favoráveis, dois contrários. A proposta foi aprovada. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Centro-Oeste. Processo 2013.0.229.195-3. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total da proposta: R\$ 8.581.985,85. Proposta: trata o presente de solicitação de recursos do FEMA para abertura de processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o grupo Centro-Oeste, formado pelos parques Zilda Natel, Mário Covas, Benemérito Brás, Aclimação, Independência, Tenente Siqueira Campos Trianon, Buenos Aires, Leopoldina Vilas Boas, e Alfredo Volpi, conforme especificações técnicas gerais, de folhas 28 a 32. Em folha 115 foi juntada a solicitação de DAF para a utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente, para custeio do contrato com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que se não se verificam, em tese, óbices jurídicos para utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada, nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 8.571.985,85, respeitada a utilização de dotação própria para as despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Esse valor é referente ao exercício de 2014 e 2015, de acordo com o cronograma juntado em folhas 91. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que aconteça preferencialmente por dotação própria. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 2 de abril de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos dois votos contrários, três favoráveis. A proposta foi aprovada. Próximo ponto de pauta: é apresentação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Itaquera. Processo 2013.0.288.185-6. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 7.340.586,18. Análise da proposta: trata a presente de solicitação de recursos do FEMA para abertura do processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o grupo Itaquera, formado pelos parques Ciência, Consciência Negra, Linear Mongaguá, Parque das Águas, Jardim Sapopemba, Lajeado, Vila Sílvia e Água Vermelha, conforme justificativa de folhas 4 a 9, e folhas 12. Em folha 105 foi juntada a solicitação de DAF para utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela



Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 7.340.586,18, sendo R\$ 5.530.578,62 para o exercício de 2014. E R\$ 1.810.007,56 para o exercício de 2015, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que esse ocorra preferencialmente pelo orçamento da SVMMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 16 de abril, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Colocamos em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos dois votos contrários, três favoráveis, a proposta foi aprovada. E assim a gente encerra a ordem do dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Pode falar, por favor.

Cons. Sônia: Eu queria fazer uma solicitação com relação à reunião de hoje, que a documentação que foi entregue para a gente, seja anexada à ata da reunião de hoje, e que como eu sei que esses números são superpassíveis de terem alguma alteração a ser feita, que se caso for necessário alterar, que essa alteração seja feita na próxima reunião, com esclarecimento.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo.

Cons. Sônia: Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está anotado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, algum Conselheiro ou Conselheira deseja falar? Não? Então daremos por encerrada a 89ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. 25 de abril de 2014, 12h05. Obrigado senhores conselheiros e conselheiras. Obrigado os demais.